



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Direito

LAÍSA BRITO DE SOUSA

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E AS DEMANDAS DE MASSA

BRASÍLIA

2016

LAÍSA BRITO DE SOUSA

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
(IRDR) E AS DEMANDAS DE MASSA**

Monografia apresentada a Banca Examinadora do UniCEUB como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Rodrigo Ribeiro.

BRASÍLIA

2016

LAÍSA BRITO DE SOUSA

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
(IRDR) E AS DEMANDAS DE MASSA.**

Monografia apresentada a Banca
Examinadora do UniCEUB como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientador: Professor Rodrigo Ribeiro.

Brasília, _____ de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Rodrigo Ribeiro

Prof. Examinador

Prof. Examinador

Dedico este trabalho ao meu pai, porque ele é muito lindo, inteligente e sábio, me instruindo e me incentivando no campo do conhecimento. Dedico também à minha mãe que me apóia e me deu base, me criando nos caminhos corretos. E dedico ao Daniel que sempre me dá suporte e exercita sua paciência comigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, que tem me sustentado em todas as coisas, pois “o Deus que fez o mundo e tudo o que nele há é o Senhor dos céus e da terra, e dá a todos a vida, a respiração e as demais coisas, pois nEle vivemos, nos movemos e existimos.” (Atos 17:24-28)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Intitulado por muitos como a grande novidade do Novo Código de Processo Civil, o incidente tem inspiração no instituto alemão do Musterverfahren e o seu objetivo é aprimorar a prestação jurisdicional. Com uma pequena narrativa histórica, no trabalho é demonstrado como a sociedade e o direito brasileiro contribuíram para a atual situação do sistema jurídico. O sistema processual vigente no código passado não estava sendo suficiente para lidar com o número de processos que resultam da massificação e coletivização dos direitos. Com os prejuízos trazidos pela insegurança jurídica, excessiva demora na prestação judicial e abarrotamento dos tribunais, em grande parte causados por ações repetitivas, chegou-se a considerar que uma crise está afetando o sistema judiciário brasileiro. O presente trabalho estuda o Incidente, ponderando sua admissibilidade, suas consequências pratico-jurídicas e suas promessas frente aos problemas apresentados no âmbito do judiciário. O estudo permite verificar como o IRDR pretende combater, em especial, a insegurança jurídica, a falta de celeridade e o excessivo demandismo judicial. E com isso verificar sua possível eficiência no combate dos referido problemas gerados pelas demandas de massa.

Palavras-chave: Direito Processual Civil. Demandas repetitivas. Demandas de massa. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Segurança jurídica. Celeridade. Congestionamento judicial.

ABSTRACT

The present task has as object the study of Repetitive Demands Resolution Incident (IRDR). Titled by many, as the big news of the new Civil Procedure Code, the incident has inspired the German Institute Musterverfahren and its goal is to improve the judicial services. With a little historical narrative, the work shows how the society and the Brazilian law contributed to the current situation of the legal system. The past procedural system code was not enough to handle the number of cases resulting from massification and collectivization of rights. With the losses brought by legal uncertainty, excessive delay in the legal provision and overcrowding of the courts, largely caused by repetitive actions, a crisis is considered to be affecting the Brazilian judicial system. This paper studies the incident, considering its admissibility, its practical and legal consequences and its front promises to the problems presented in the judiciary. The study allows you to check how the IRDR intended to address, in particular, the legal uncertainty, the lack of speed and excessive judicial litigation. And with that, verify their possible efficiency in combating the above problems caused by mass demands.

Keywords: Civil Suit. Repetitive demands. Mass demands. Resolution incident repetitive demands. Legal certainty. Celerity. Judicial congestion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS DEMANDAS DE MASSA.....	11
1.1 As demandas de massa no Brasil	11
1.2 Enfrentamento às demandas de massa no Brasil	19
1.3 Enfrentamento às demandas de massa no estrangeiro	20
2 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	26
2.1 O IRDR no Código de Processo Civil	26
2.2 O regime jurídico do IRDR	29
2.2.1 Pressupostos de admissibilidade	29
2.2.2 Legitimação	34
2.2.3 Requerimento de instauração	34
2.2.4 Desistência ou abandono de causa no tribunal.....	36
2.2.5 O Ministério Público como fiscal da Lei.....	36
2.2.6 Procedimento	37
2.2.7 Pedido de distinção	39
2.2.8 Julgamento.....	40
2.2.8 Competência	41
2.3 Críticas ao IRDR	42
3 O IRDR COMO UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO À PROBLEMÁTICA DAS	

DEMANDAS DE MASSA.....	48
3.1 O IRDR como solução contra a insegurança jurídica	48
3.1.1 <i>A instabilidade da jurisprudência.....</i>	48
3.1.2 <i>O IRDR, descentralização e o princípio da igualdade</i>	50
3.1.3 <i>Territorialidade, segurança jurídica e direito local</i>	53
3.2. O IRDR, demora e custos	55
3.2.1 <i>O IRDR como solução contra a morosidade</i>	55
3.2.2 <i>A economia processual</i>	56
3.2.3 <i>A provável diminuição de recursos.....</i>	59
3.2.4 <i>O incidente e a celeridade.....</i>	59
3.3. O IRDR como solução ao congestionamento da justiça	61
3.3.1 <i>Excesso de demanda</i>	61
3.3.2 <i>A suspensão dos processos.....</i>	62
3.3.3 <i>O desestímulo à litigância</i>	63
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a relação entre as demandas de massa e o recente instituto do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

As demandas de massa vêm crescendo de forma exponencial no judiciário brasileiro, gerando diversos problemas ao judiciário e ao jurisdicionado, como duração excessiva do processo, insegurança jurídica e superlotação do poder judiciário. Tais problemas chegam a ser denominados como uma crise no poder judiciário, pois os jurisdicionados não conseguem ter seus direitos amparados de forma eficaz. Têm ocorrido, portanto, a perda de credibilidade do sistema judiciário pelo cidadão brasileiro.

Há, então, a percepção de que vem ocorrendo uma disfunção no judiciário brasileiro, não atendendo de maneira satisfatória o crescente número de demandas propostas, com uma mitigação na segurança jurídica em nome do livre convencimento do magistrado.

O incidente de resolução de demandas repetitivas é uma inovação trazida ao ordenamento jurídico brasileiro com o Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016. Trata-se de um incidente processual que tem por pressuposto a efetiva repetição de processos que contenham a mesma questão unicamente de direito e que gere risco de ofensa à segurança jurídica e à isonomia. O novo instituto tem como finalidade a fixação de uma tese jurídica a ser adotada nos processos que versem sobre idêntica questão jurídica, como aos casos futuros.

Esse trabalho tem como objetivo geral examinar o reflexo das demandas de massa no funcionamento do Poder Judiciário, bem como a adequação do novo instituto de direito processual civil como instrumento de enfrentamento de ditas demandas de massa à luz da necessidade de celeridade, segurança jurídica e da coerência do sistema.

Através de um estudo panorâmico das demandas de massa e de sua

evolução até os dias de hoje, pretende-se compreender melhor tais demandas e como elas contribuem para a morosidade, insegurança e congestionamento da justiça. Analisando institutos já criados para combater alguns pontos do transtorno vivido pelos tribunais, pretende-se perceber em quais pontos eles foram ineficientes e, com isso, analisar a possível eficácia do IRDR no combate das contrariedades que o instituto visa combater na esfera do direito processual.

Ou seja, com o olhar mais especificamente voltado para a criação do instituto do IRDR, esse trabalho busca analisar o IRDR como uma das possíveis soluções à problemática das demandas de massa no presente ordenamento jurídico brasileiro.

As expectativas em torno dos resultados que serão trazidos pela aplicação do IRDR é de que ele seja um meio hábil para solucionar conflitos de massa em um estágio inicial, evitando-se a movimentação da máquina judiciária reiteradas vezes para decidir sobre a mesma questão de direito, como tem acontecido na prática dos diversos tribunais espalhados pelo país.

A importância de se estudar esse tema, primeiramente, é que a compreensão de como as demandas de massa, pela grande dimensão do seu conjunto, têm comprometido a realização de alguns princípios fundamentais, como a duração razoável do processo e a segurança jurídica. Com isso se pretende contribuir para uma solução mais efetiva e real do problema. É preciso conhecer o problema a fim de solucioná-lo.

Em segundo lugar, a importância do instituto como possível solução da massificação se dá porque é um instituto novo, e não se sabe, portanto, como se dará sua efetividade na prática, sendo importante um estudo mais aprofundado do instituto e da problemática que ele pretende solucionar.

1 AS DEMANDAS DE MASSA

1.1 As demandas de massa no Brasil

No primeiro capítulo do presente trabalho pretende-se demonstrar o fenômeno das demandas de massa, como elas surgiram e se agravaram, e como prejudicam o regular funcionamento do Poder Judiciário e o interesse do jurisdicionado. Por meio dessa apresentação, pretende-se conhecer melhor um dos problemas que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas visa combater. É necessário que se estude as demandas de massa para com isso a necessidade do IRDR no sistema jurídico brasileiro e como ele atuará em favor da celeridade e segurança jurídica.

O sistema processual brasileiro vem passando por momentos desafiadores, em razão do surgimento de novos litígios e do excesso de demandas apresentadas no judiciário, que leva a uma situação que pode ser classificada como uma crise no Poder Judiciário. O crescimento populacional, o fortalecimento da economia, o surgimento de novas tecnologias, resumindo, a alteração do contexto socioeconômico do Brasil trouxe o fenômeno das demandas de massa.

As demandas de massa decorrem de alegadas lesões a direitos individuais ou coletivos que atingem uma quantidade considerável de pessoas de maneira idêntica, e que, por várias razões não são instrumentalizadas por meio das ações coletivas.¹

Tais demandas vêm crescendo de forma exponencial nos fóruns e tribunais brasileiros, gerando diversos desafios ao judiciário e ao jurisdicionado, como duração excessiva do processo, insegurança jurídica e excessiva carga de trabalho. Em razão delas o Poder Judiciário é questionado quanto a sua capacidade

¹ CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. **Revista de Processo**. São Paulo, v. 179, p. 139-174, jan., 2010.

de satisfação da sua missão institucional de distribuir justiça.

A massificação das demandas põe em risco a efetividade e segurança jurídica do sistema processual. A efetividade, pois, as demandas de massa chegam à casa dos milhões e o fato de elas serem analisadas individualmente, não em bloco, atenta contra a economia processual, um valor inserido efetividade. Se a economia processual visa ter maior resultado com o mínimo de dispêndio possível, deve-se focar no sistema como um todo, e não na causa individual. A segurança jurídica também é atingida, pois a massificação de litígios tende a tornar os juízes verdadeiras máquinas, dificultando a análise por eles de uma maneira mais minuciosa, além da imprevisibilidade da decisão, pela falta de um julgamento concentrado das causas.²

Para se entender como essa massificação se deu no Brasil é necessário estudarmos um pouco, de forma resumida, o direito na história do mundo e do Brasil. Marcos Cavalcanti, autor da obra “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Ações Coletivas” expõe um breve cronograma histórico que demonstra um pouco das influências e mudanças que o Direito sofreu na história, culminando na massificação das demandas que hoje se observa no sistema judiciário brasileiro.

Segundo o referido autor, no Estado absolutista, no qual a vontade do monarca era soberana sobre qualquer ordem jurídica vigente, os órgãos jurisdicionais e o governo eram usados para satisfazer as vontades e interesses das classes privilegiadas (clero e burguesia), de modo que a atividade jurisdicional não buscava os ideais de legalidade e justiça.

Com o Iluminismo e a queda do Estado absolutista, surge um Estado republicano e democrático, fundado no liberalismo. O poder do Estado, então, foi reduzido ao mínimo possível perante a sociedade, cabendo-lhe apenas garantir o exercício das liberdades pelos cidadãos. O Estado liberal foi muito importante para a

² Amaral, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas”. **Revista de Processo: RePro**, v. 36, n. 196, p. 237-275, jun. 2011.p. 246-252.

formação da atividade jurisdicional atual, sendo possível destacar como características importantes a reatividade do Poder Judiciário, só atuando quando demandado pelas partes, e que os litígios só versavam sobre conflitos entre indivíduos, sendo que as decisões só alcançavam os indivíduos da demanda, sem validade para a coletividade.

Além disso, a lei constituía uma limitação à atuação do Estado e ao mesmo tempo era um conjunto de garantias individuais oponíveis ao próprio Estado, sendo que o poder estatal tinha o objetivo de proteger e de garantir a liberdade e a propriedade de uma perspectiva individualista, e apenas eram reconhecidos os direitos humanos de primeira geração.³

O CPC-1973 foi feito inspirado nas ideias do modelo liberal, permanecendo com a atenção voltada aos conflitos interindividuais, ou seja, conforme a análise do modelo de direito e conflito judicial pertinentes ao modelo liberal de Estado, adotando uma postura neutra para o magistrado e um conjunto de preocupações que não priorizavam a ideia de instrumentalidade. O direito processual civil brasileiro, nesse estágio liberal, se organizou com fundamento nas ideias centrais de uma excessiva neutralidade do juiz e grande valorização da iniciativa das partes (na formação e condução do processo).⁴

Baseou-se também na supremacia das técnicas de segurança em detrimento às técnicas de efetividade e na valorização exagerada das formas procedimentais, do direito de propriedade e da tutela ressarcitória em detrimento da tutela específica. Nota-se, portanto, que o processualismo brasileiro era caracterizado pelo tecnicismo, positivismo jurídico, formalismo e neutralidade do

³ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p. 373-375.

⁴ ROESLER, Claudia Rosane. **A Reforma do Processo Civil no Brasil e a Crise do Poder Judiciário**. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&vet=1&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUkCwvL2J7K7KPPAhXGgZAKH54eA4Q2FqMAd&url=http%3A%2F%2Fwww.univale.br%2Fensino%2Fpos-graduacao%2Fmestrado%2Fmestrado-em-gestao-de-politicas-publicas%2Fpublicacoes%2FDocuments%2Fpublicacao-a-reforma-do-processo-civil.doc&usq=A7JfCNGjTdRjeqSGRsVgJASInt_-1ZUeq2&sig2=VPXw04p_-rsXU1MDxH5q.

juiz.⁵

Já o Estado social, que surgiu após a Primeira Guerra Mundial, veio com outras características que também sofreram várias influências importantes para a atividade jurisdicional. Dentre essas características se encontram o papel ativo que o Estado desempenhava não apenas no reconhecimento dos direitos fundamentais, mas também na efetivação desses por meio de uma política intervencionista.

O Estado procurava controlar a atividade econômica e promover uma nova ordem inspirada na liberdade e igualdade, apresentando preocupações com o mínimo existencial e valores sociais importantes para a implementação da isonomia e do desenvolvimento das classes menos favorecidas. Esses novos instrumentos intervencionistas fizeram surgir uma explosão legislativa que tornou a vigência do princípio da legalidade problemática e a aplicação do princípio da subsunção lógica (adequação de uma conduta ou fato concreto à norma jurídica) impossível.⁶

A proliferação dos direitos de segunda geração fez surgir e fortalecer os sujeitos coletivos e os interesses coletivos e a distinção dos litígios individuais e coletivos se tornou problemática em razão dos interesses individuais aparecerem, de uma ou outra forma, relacionados com os interesses coletivos. Com o desenvolvimento desses direitos de segunda geração, como direito à saúde, à educação, ao trabalho, por exemplo, o ordenamento jurídico abriu um caminho para novos tipos de litígios relacionados com esses direitos. Em consequência, com uma maior promoção do bem-estar social, aumentaram-se os números de processos no judiciário. Esse cenário foi experimentado de maneiras diferentes e em diferentes graus ao redor do mundo, inclusive quanto ao momento em que ocorreu.⁷

A socialização do processo só chegou ao Brasil, de forma mais efetiva,

⁵ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p. 375-377.

⁶ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p. 377-378.

⁷ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. 380-381.

com a Constituição Federal de 1988, mas ainda assim o Estado social teve grande importância para o direito processual civil brasileiro, trazendo inovações ao sistema como uma postura mais ativa do órgão judicial com uma menor neutralidade do juiz e maior iniciativa na condução e instrução probatória do processo, uma maior intervenção também para trazer uma maior isonomia aos pólos litigantes e garantir o devido processo legal. Mudanças visando uma maior efetividade também ocorreram como a supremacia de técnicas de efetividade em detrimento do formalismo das técnicas da segurança jurídica.⁸

Com dois choques do petróleo o Estado social entrou em crise com a desconfiança da ideia de dirigismo social, pois o Estado não conseguiu atender às necessidades da sociedade que crescia demograficamente. Os avanços da medicina e saneamento colocavam em risco o financiamento por parte do Estado, pois estes eram os pilares do Estado social. Além disso, buscou-se, após a Segunda Guerra Mundial uma nova dimensão de direitos fundamentais. A sociedade em massa deu origem à necessidade de tutelar os interesses metaindividuais e individuais, sendo esses os direitos de terceira geração. Surge então o Estado democrático de direito que tem o dever de proteger e garantir o cumprimento dos direitos de primeira, segunda e terceira geração.⁹

No Brasil, o Estado democrático de direito chegou com a Constituição de 88, que gerou um novo pensamento jurídico, baseado principalmente na efetividade dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela nova Carta Magna, tendo como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana e os direitos e garantias fundamentais.

Com essa mudança de paradigma houve mudanças como: a atribuição de normatividade aos princípios, que passam a incidir nas relações jurídicas; a reaproximação entre direito e moral, tornando a dignidade da pessoa humana o eixo

⁸ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p. 380-381.

⁹CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015 p. 381-382.

principal que fundamenta os demais valores; a constitucionalização do direito, o que resultou na também constitucionalização da atividade jurisdicional; a inserção, na Constituição, de garantias como a inafastabilidade da tutela jurisdicional, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa e ainda a coletivização do processo por meio de instrumentos judiciais para a defesa dos direitos coletivos.¹⁰

A partir dessa nova fase do direito, o Poder Judiciário foi submetido a uma grande multiplicação de processos, colocando em dúvida a capacidade do direito processual de prover todas as garantias trazidas pela nova Constituição. Além da constitucionalização da ordem jurídica e da garantia de amplo acesso à justiça houve outros fatores que determinaram o crescimento exponencial de ações e a consequente lentidão em solucioná-las. Com o intuito de suprir essa deficiência, em 1990 foi editado o CDC, que juntamente com a Lei de Ação Civil Pública, criou um microssistema processual coletivo brasileiro aplicado às ações coletivas existentes no país.¹¹

As ações coletivas, porém, não têm conseguido resolver a problemática do excesso de processos individuais, muitas vezes os conflitos de massa são resolvidos individualmente nos autos de milhares de processos que versam sobre a mesma questão jurídica. A doutrina aponta para alguns motivos geradores e contribuidores para essa insuficiência.

Quanto às deficiências relacionadas às ações coletivas observa-se que não há entidades associativas suficientes para interpor as ações coletivas, a maioria delas é interposta pelo Ministério Público ou Defensoria Pública, fazendo com que as situações de massificação que surgem todos os dias não sejam alcançadas.

Há ainda restrições ao cabimento dessas ações, como por exemplo, a proibição da utilização de Ação Civil Pública para pretensões relativas a tributos,

¹⁰ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p.383.

¹¹ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p.384.

contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos benefícios podem ser individualmente determinados.

E, ainda a problemática do regime da coisa julgada coletiva, que contribui para que as questões repetitivas não sejam solucionadas definitivamente, pois seus efeitos só serão *erga omnes* em caso de procedência, quando beneficiar as vítimas, quando, porém, for improcedente a sentença atingirá só o legitimado extraordinário, possibilitando que os substituídos processualmente entrem com suas próprias ações individuais. Além do que o efeito *erga omnes* só terá efeito nos limites da competência territorial do órgão prolator.¹²

Há ainda concausas, muitas vezes extraprocessuais, que contribuem para a crise numérica de processos que há no judiciário hoje, como o aumento da consciência jurídica dos cidadãos, gerando uma necessidade maior de exercê-los, a ampliação dos meios de comunicação de massa, que cooperam para a estimulação da reclamação de direitos, o aumento do consumo, através do incentivo do mercado, gerando um maior número de relação entre consumidores e fornecedores, a crise do Estado social, que levou ao Judiciário demandas que abarcam direitos que deixaram de ser atendidos pelo Poder Público e o aumento das ingerências do Poder Judiciário em políticas públicas (ativismo judicial), que anteriormente eram de responsabilidade exclusiva da administração pública.¹³

Outra causa apontada por Guilherme Rizzo Amaral é primeiramente a ampla massificação da economia, e em segundo lugar a privatização dos serviços públicos, como telefonia e energia elétrica, que passou a alcançar uma massa enorme da população. Segundo ele “(...) enquanto tais serviços eram explorados pelo Estado, não se via o mesmo volume de questionamentos tampouco de intervenção do Judiciário na atividade do prestador de serviços”.¹⁴

¹²CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p.385-386.

¹³ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p. 386-387.

¹⁴ AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “Incidente

Segundo Rodolfo de Camargo Mancuso, há outras diversas concausas como: a questão judiciária ligado não somente à crise judicial que aflige o Brasil, mas também às diversas insatisfações que abrangem toda a sociedade e aguçam a litigiosidade; a cultura demandista, que torna o exercício da cidadania um sinônimo de acionar o judiciário, ao invés de se procurar outros meio de resolução de conflitos pela autocomposição ou heterocomposição; como por exemplo a mediação e transação (autocomposição) e/ou por exemplo a arbitragem (heterocomposição); a deficiente divulgação de tais meios, a fúria legislativa, que busca resolver os problemas jurídicos com uma nova legislação, gerando dúvidas interpretativas, fomentando litígios e sobrecarregando o Poder Judiciário; o binômio judicialização da política *versus* politização do Judiciário, que não constitui necessariamente um problema, mas que quando praticado em excesso pode trazer prejuízo às partes, abrindo margem para a discricionariedade judicial e alimentando o demandismo judicial.

Por último há o problema do ativismo judicial que é a nova vertente da instrumentalidade do processo, que por causa de uma conduta insatisfatória da administração ou do legislativo, faz com que o judiciário chegue a um criacionismo judicial, que dá origem a novas insatisfações e controvérsias e à crise de efetividade dos comandos judiciais condenatórios ou prestacionais.

Frequentemente os comandos condenatórios e prestacionais não têm a efetividade que deveriam ter; as duas classes de litigantes (os habituais e os eventuais) e a desigual distribuição dos ônus e encargos processuais entre eles, pois os habituais normalmente correm pouco risco financeiro pelo resultado de uma única demanda individual, e os eventuais, como correm maior risco ao suportar as despesas de um processo, muitas vezes não litigam por seus direitos, assim, para o litigante habitual vale mais a pena responder seus atos ilícitos em juízo que deixar

de praticá-los e, finalmente.¹⁵

Tais motivos e concausas acabaram criando um ambiente propício para a crise das demandas de massa e a problematização que ela trouxe ao judiciário. Crise que abarrotava os tribunais de processos e faziam com que a atividade jurisdicional seja constantemente criticada.

1.2 Enfrentamento às demandas de massa no Brasil

A criação do Novo Código de Processo Civil por meio da Lei nº 13.105/2015 não foi a primeira tentativa de enfrentamento do problema da massificação das demandas. Houve, antes, várias reformas processuais para criar mecanismos para conter a litigiosidade de massa.

Uma das primeiras medidas foi a criação da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347, de 1985) que se apresentava como um instrumento para as demandas de massa, ao prever, o cabimento de ação civil pública para tutelar direitos difusos e coletivos.

Em seguida surge o CDC, e sua edição para permitir o ajuizamento da ação civil pública para defesa de direitos individuais homogêneos, porém tal medida não conseguiu reduzir ou eliminar o contencioso de massa no judiciário.

Em 2004 foi introduzido por meio da EC 45/2004, a “Reforma do Poder Judiciário” que estabelecia inovações e alterações relativas ao Poder Judiciário como a exigência de repercussão geral em recurso extraordinário como condição de admissibilidade, a possibilidade do Supremo aprovar súmulas vinculantes e a inclusão de um inciso que assegurou o direito fundamental à razoável duração do processo e aos meios que garantem a celeridade de sua tramitação.

Como alternativa às ações coletivas, dentre as técnicas processuais

¹⁵ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à Justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas**. São Paulo: RT, 2011.

criadas para o processamento e julgamento de demandas repetitivas, estabelecendo mecanismos para a solução de litígios de massa, destacam-se:

A improcedência liminar (art. 285-A do CPC-73)

A súmula impeditiva de recurso (art. 518, §1º, do CPC-73)

A súmula vinculante (art. 103-A da CF/88 e Lei 11.417/06)

O recurso repetitivo no âmbito do STJ (art. 543- C do CPC-73)

O pedido de uniformização da interpretação da lei federal no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis Federais (art. 14 da Lei 10.259/01)

O pedido de uniformização de interpretação da lei nos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do DF, do Territórios e Municípios (art. 18 e 19 da Lei 12.153/09)

A suspensão de liminares para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública (art. 15, § 5º da Lei 12.016/09)

Muitos desses institutos contribuíram para reduzir os processos repetitivos, porém não conseguiram acabar com a crise numérica que assola a justiça brasileira.

1.3. Enfrentamento às demandas de massa no estrangeiro

Marcos Cavalcanti mostra que no direito estrangeiro também há insuficiência das ações coletivas na resolução dos litígios de massa.

Há ações coletivas que têm uma boa eficácia para a resolução de litígios de massa, como por exemplo a *class action* (do direito americano), pois o magistrado pode exercer o controle judicial da representatividade adequada, verificando se as partes e advogados podem efetuar da melhor maneira a defesa dos interesses da classe. Então, ajuizado esse tipo de ação não há necessidade que

os indivíduos lesados entrem com uma ação individual, e mesmo no caso de um pedido de autoexclusão (*opt-out*), eventual ação individual provavelmente chegará a um resultado semelhante ao da ação coletiva, por força da eficácia normativa dos precedentes do *common law*. Isso é, portanto, um desmotivador aos indivíduos que desejariam entrar com uma ação individual.¹⁶

Há países, porém, onde as ações coletivas não vêm diminuindo ou desmotivando o ingresso com ações individuais, como Alemanha e Inglaterra. A doutrina nacional e estrangeira explica a causa desse fenômeno.

No direito inglês existem as *representative actions*, que são ações coletivas nas quais a parte autora ajuíza uma demanda representando a si própria e a classe que tem interesse comum no julgamento da causa, sendo o autor a única parte da demanda. Um dos grandes problemas relacionados a esse tipo de ação é que no direito inglês o termo “interesses comuns” foi interpretado restritivamente, frustrando a utilidade da regra para a solução dos litígios coletivos, não podendo ser utilizado, por exemplo, para fins ressarcitórios. Outra razão pela qual esses processos são incomuns na Inglaterra é o risco de custo pessoal para o demandante, que pode não conseguir recuperar as despesas dos membros das classes.

Já no direito alemão, a cultura processual é de priorizar e valorizar os processos bilaterais, dificilmente simpatizando com a ideia de progresso social por meio de ações coletivas e de massa. Entretanto há estatutos legais que admitem que associações defendam direitos coletivos, como a *Verbandsklage* (“ações de associações”), que permite que associações previamente autorizadas e arroladas nos registros dos órgãos competentes defendam direitos coletivos de determinada categoria ou grupo homogêneo de pessoas identificáveis. Há ainda a existência das “ações de grupo” (*Gruppenklage*), que são na verdade, ações coletivas. Trata-se de uma técnica de cumulação de demandas, em aspecto subjetivo (pluralidade de

¹⁶ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p. 317-318.

sujeitos) e objetivo (somatória dos pedidos).¹⁷

A razão apontada pela doutrina, para essas ações coletivas não ajudarem a diminuir o número de ações individuais é que a ausência de sistematização legislativa acerca da tutela jurisdicional coletiva, gerando, assim, pouca efetividade jurisdicional. As ações de associações não atingem o fim de indenizações, sendo cabíveis apenas ações declaratórias ou inibitórias.

Além disso, há problema com as regras de litisconsórcio facultativo que não são apropriadas para tratar de litígios de massa, além do que o litisconsórcio em si não conduz a uniformização da jurisprudência, pois outras ações em curso podem ter resultados diversos. As regras e princípios do processo civil tradicional são aplicadas às ações de associações da mesma forma como são aplicadas nas ações individuais, causando dificuldades práticas. Critica-se a forma bilateral do direito processual civil alemão pois existem litígios de massa que configuram um dano de grande repercussão mas não valeriam a pena na esfera individual pelo valor irrisório.

Como resposta a essa insuficiência das ações coletivas para a solução de conflitos de massa, alguns ordenamentos jurídicos têm buscado resolver as demandas repetitivas por meio de mecanismos incidentais. Assim, têm-se adotado a ideia de julgamento de um ou mais processos (causa piloto) e a suspensão dos outros processos que versam sobre a mesma demanda repetitiva, para que após o julgamento do incidente a tese seja aplicada para as causas relacionadas.¹⁸

A partir de 1991 começou-se, na Alemanha, a introduzir uma espécie de procedimento-modelo como instrumento de resolução coletiva de litígios massificados, através dos quais o magistrado ou as partes poderiam requerer a instauração de um incidente processual coletivo, com o objetivo de obter uma decisão-modelo que resolva significativa quantidade de demandas em que as partes

¹⁷ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p. 318-323.

¹⁸ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p. 325.

estejam em mesma situação.

Primeiramente o procedimento-modelo foi disciplinado apenas no âmbito da Justiça Administrativa (o Poder Judiciário alemão é dividido em razão da matéria, havendo a Justiça Comum, a Justiça do Trabalho, a Justiça Financeira, a Justiça Administrativa e a Justiça Previdenciária).

Apenas em 2005 foi prevista a possibilidade de tal incidente na Justiça Financeira, tendo sido prevista em razão do “Caso Telekon”. Tal caso ocorreu pela divulgação de elementos e subsídios falsos e equivocados, o que gerou enormes prejuízos a mais de 3 milhões de acionistas da empresa, causando, assim, uma inundação do Poder Judiciário. Com a previsão de 15 anos para que se esgotassem todos os processos relativos a tal caso, o legislador alemão editou a Lei de Introdução ao Procedimento-modelo para os investidores em Mercado de Capitais, prevendo o cabimento do incidente para resolução coletiva de conflitos de massa decorrentes do mercado mobiliário, o *Musterverfahren*.¹⁹

A experiência inglesa também é bastante rica como inspiração. Em 2000 cria-se o incidente GLO (*group litigation order*), incidente que se assemelha com o IRDR. O objetivo do GLO era de que as cortes tivessem um real poder de gerenciamento nos casos em que estivessem envolvidos um grande número de casos e sem um número questões procedimentais, pois nesses casos era comum que as partes fizessem suas próprias regras conforme o decorrer do processo. Isso gerava uma grande insegurança jurídica que devia ser reparada.²⁰

Uma diferença do instituto inglês para o que foi recentemente inserido no ordenamento brasileiro é que ele trabalha com o *opt-in* enquanto o brasileiro trabalha com o *opt-out*. No sistema *opt-in* é necessário que primeiramente a parte ingresse com um processo individual, e somente para que depois possa entrar na

¹⁹CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p.323-332.

²⁰ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo. p. 165-206.

GLO, sendo que a conduta ativa da parte é entrar no grupo, enquanto no *opt-out* a conduta ativa da parte é para sair da demanda em grupo, pois ela automaticamente é inserida quando preenchidos os requisitos.²¹

Outra diferença é de que há menos rigidez nos requisitos de entrada no grupo na GLO, podendo ter as partes apenas os mesmos interesses, devendo as causas terem uma causa comum ou relacionada, cabendo ao juiz examinar se a reunião das demandas contribuirá para a boa administração das causas. No Brasil o incidente só poderá abranger questões repetitivas unicamente de direito, essa discrepância ocorre principalmente pelos objetivos dos dois institutos.²²

A GLO possui um caráter subsidiário, devendo ser optado apenas se não houver outra solução de resolução coletiva de demandas. O instituto torna-se então uma ferramenta de caráter residual. Na legislação da GLO também aparece a figura de um “incidente-modelo”, que será um retrato de todas as outras causas, e que, se houver a desistência de sua parte, deverá ser imediatamente substituído.²³

Após formado o grupo, o juiz administrador pode estabelecer que todas as demandas individuais relativas à causa que engloba o grupo sejam interpostos no juízo administrador. Como regra é determinado que o julgamento da GLO seja aplicado a todos os casos registrados no grupo e faz coisa julgada. Há, porém, a possibilidade de estipulação em contrário. Quaisquer das partes que se sentirem prejudicadas pela decisão poderão recorrer. O legislador inglês quis deixar nas mãos do juiz administrador a modulação dos efeitos da decisão.²⁴

²¹ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo. p. 165-206.

²² LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo, p. 165-206.

²³ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo. p. 165-206.

²⁴ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo. p. 165-206.

O direito brasileiro se aproxima do direito inglês, no que se refere aos citados institutos, no sentido em que dão ao processo uma maior instrumentalidade, e que possibilitam, assim, a concretização da celeridade, e nisso, o combate à problemática das demandas de massa.

2 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

2.1 O IRDR no Código de Processo Civil

O Código de Processo Civil de 1973 sofreu diversas alterações, sempre buscando melhoria e aperfeiçoamento do processo civil brasileiro. Como já citado, diversas dessas alterações buscaram a celeridade e efetividade, contribuindo para a modernização do sistema de justiça no Brasil. Porém notou-se a necessidade não mais de mudanças e alterações no Código, mas sim uma reforma no sistema processual civil, e para isso, a criação de um novo Código de Processo Civil.

O autor Luiz Rascovisk aponta que o Código de 1973 era ultrapassado e autoritário, conferindo poderes demasiados aos magistrados.²⁵ Os autores Eduardo Cambi e Mateus Fogaça explicam que o CPC de 1973 foi criado para uma sociedade individualista, patrimonialista e liberal e que possuía uma dinâmica bem diferente da que temos hoje. As relações interpessoais massificadas e a sociedade capitalista da atualidade geram conflitos que não são muito bem amparados pelo ordenamento antigo notadamente porque o CPC/73 não possui regras para a solução de demandas de massa ²⁶

Em contraposição ao Código de 1973, o novo Código foi escrito totalmente sobre a égide de um regime democrático (Estado Democrático de Direito), o que se reflete em seus artigos. Sendo um Código completamente novo - não somente uma reforma ou alteração- abre expressamente a era da constitucionalização do direito processual civil ²⁷

Atuando em prol da mudança da mentalidade de que "advogado bom é aquele que saber brigar" o novo CPC dá força à solução consensual de conflitos, embora mantendo a inafastabilidade do poder judiciário, há uma imposição ao

²⁵RASCOVSKI, Luiz, Anotações sobre o novo Código de Processo Civil, In **Revista dos Tribunais**, vol. 958/2015, p. 363-386, Ago/2015.

²⁶ CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista de Processo**, vol. 243, ano 40, p. 333-362. São Paulo: Ed. RT, maio 2015.

²⁷RASCOVSKI, op. cit., p. 363-386.

Estado para que faça valer as técnicas para a solução consensual de conflitos, como arbitragem, mediação e conciliação.²⁸

Quanto à problemática do acúmulo de processos, foi instituída a força dos precedentes, buscando, assim, isonomia, segurança jurídica e mais celeridade nas demandas repetitivas. Seguindo, então a tendência uniformizadora que já vinha ocorrendo nas últimas décadas, por meio de reformas constitucionais.²⁹

Luiz Rascovisk observa que o novo CPC tem por objetivo fortalecer os precedentes inclusive com efeito vinculante. O Código inseriu diversos mecanismos para perseguir a uniformidade das decisões, se aproximando cada vez mais do sistema do "common law". Os mecanismos introduzidos com esse objetivo serão alvo de muita discussão e até possíveis alegações de inconstitucionalidade.³⁰

Uma importante diferença observada na criação desse Código é uma vinculação maior do direito processual com o direito material, antes quase inexistente, mostrando que o processo e os procedimentos são meios de se chegar a um fim, e não existentes por si só. Isso não é um retrocesso ou uma mitigação da autonomia do processo civil, mas sim uma afirmação da autonomia legitimada pela coexistência harmônica com o direito material.³¹

Um dos pilares do IRDR, e um tópico importante abordado pelo novo CPC, é a celeridade, devendo o processo ser mais célere e o julgamento podendo ser feito de forma conjunta entre as demandas que versem sobre a mesma questão de direito. Tal característica é analisada mais a fundo no capítulo 3 do presente

²⁸ RASCOVSKI, Luiz, Anotações sobre o novo Código de Processo Civil, In **Revista dos Tribunais**, vol. 958/2015, Ago/2015.p. 363-386.

²⁹ RASCOVSKI, Luiz, Anotações sobre o novo Código de Processo Civil, In **Revista dos Tribunais**, vol. 958/2015, Ago/2015. p. 363-386.

³⁰ RASCOVSKI, Luiz, Anotações sobre o novo Código de Processo Civil, In **Revista dos Tribunais**, vol. 958/2015, Ago/2015. p. 363-386.

³¹ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo**, v. 36 n. 196 jun./2011. São Paulo, p. 167.

trabalho.³²

Outro pilar do incidente é que, como já citado, também ganha atenção especial no CPC, é a valorização do precedente. Com a preocupação de se afastar decisões contraditórias que geram injustiças optou-se por uma maior valorização do precedente, gerando uma harmonização maior no ordenamento jurídico. O IRDR tem como objetivo formar um entendimento pacífico sobre idênticas questões de direito, o que trará uma segurança jurídica bem maior ao jurisdicionado.³³

É possível observar, então, que o Novo CPC utilizou de precedentes como uma forma de diminuir o problema da multiplicidade de processos idênticos e o excesso de demanda nos tribunais.

A valorização do precedente e a vinculação já vinha ocorrendo no ordenamento brasileiro antes da aprovação do Novo Código, mas o novo CPC vem trazendo isso de uma forma mais abrangente, sendo que os novos incidentes que foram criados são amparados por uma vinculação com maior status no novo ordenamento. Tais incidentes estão inseridos em um microsistema de formação de precedentes, que conta com a utilização de institutos já existentes, como o rito repetitivos dos recursos excepcionais, a repercussão geral e a assunção de competência, acrescentando-se ainda o incidente de demandas repetitivas.³⁴

Então, é possível observar que o legislador vem apostando em julgamentos massificados, para que uma única decisão reflita nas demais causas, impondo ao juiz a obrigatoriedade de observar o que foi julgado antes, cabendo-lhe julgar se o fato que está diante dele se enquadra à hipótese do precedente ou não.

³² LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo**, v. 36 n. 196 jun./2011. p. 168-170.

³³ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo, p.170 – 172.

³⁴ LEMOS, Vinícios Silva. **A desistência no Microsistema de Formação de Precedentes**. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%Aancia_no_Microsistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12, maio, 2016.

O microssistema de formação do precedente conta regras bem delineadas, em que uma regra de um instituto pode ser aplicada a outros, e vice-versa. Não é possível imaginar cada instituto de forma isolada e sem conexão entre eles. Portanto, as regras devem ser pensadas de forma ordenada, sendo inexecutável, de acordo com o autor Vinícius Silva Lemos, montar uma base de valorização de precedentes sem comunicação entre institutos que possuem objetivos idênticos. Ao se criar uma conexão entre estes institutos há uma melhoria processual em cada um deles, com aumento de oportunidades processuais e um preenchimento de possíveis lacunas.³⁶

Com a colaboração de cada instituto será possível a formação de um regramento único para que os precedentes sejam concebidos de forma idêntica, ou seja, com a utilização desses institutos, que foram implementados e melhorados, como um microssistema de formação de precedente é possível uma melhor utilização de tal instrumento e uma efetividade maior com relação a fixação de precedentes.³⁷

2.2 O regime jurídico do IRDR

2.2.1 Pressupostos de admissibilidade

Há dois requisitos cumulativos previstos pelo art. 976 do CPC para que seja admitida a instauração do IRDR, a repetitividade e a existência de risco de

³⁵ LEMOS, Vinícius Silva. **A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes**. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%A2ncia_no_Microssistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12, maio, 2016.

³⁶ LEMOS, Vinícius Silva. **A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes**. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%A2ncia_no_Microssistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12, maio, 2016.

³⁷ LEMOS, Vinícius Silva. **A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes**. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%A2ncia_no_Microssistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12, maio, 2016..

ofensa à isonomia e à segurança jurídica:

“Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:

I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;

II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.”

A repetitividade é caracterizada por uma origem comum e homogeneidade das questões de direito examinadas em juízo. As demandas repetitivas são mais abrangentes do que as coletivas, podendo ter causa de pedir e pedidos diferentes, tendo em comum um ponto controvertido, fazendo nascer uma efetiva repetição de processos sobre uma mesma questão jurídica. Ou seja, o tipo de direito material envolvido não tem importância para a configuração de uma demanda como repetitiva, e quanto às questões de direitos processual, não há uma necessidade de similitude entre causas de pedir e pedidos para que as demandas sejam consideradas repetitivas para fins de julgamento do IRDR. A função do IRDR será fixar a tese jurídica sobre determinada questão de direito material e/ou processual, que se repete no Poder Judiciário.³⁸

O requisito da repetitividade também exige a efetiva repetição de processos, não bastando, para a sua caracterização, a repetitividade como potencial. A mera perspectiva de que venham a existir muitos processos em que se discuta a mesma questão jurídica não autoriza a instauração do incidente, pelo que se conclui que o incidente não tem caráter meramente preventivo.

Quando proposto pela comissão de juristas no anteprojeto e quando foi aprovado como projeto de lei no Senado, o IRDR tinha o caráter preventivo, sendo que os magistrados poderiam suscitá-lo quando observassem a potencialidade de uma controvérsia gerar a multiplicidade de demandas.

O caráter preventivo do instituto, entretanto, sofreu diversas críticas na

³⁸CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p.424-425.

discussão do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Segundo o autor Antônio Adonias Bastos, o caráter preventivo do IRDR não seria tão coerente com o sistema jurídico brasileiro, pois o processo judicial deve garantir aos órgãos judiciais uma ampla discussão com as partes da controvérsia, para um amadurecimento das questões envolvidas nas demandas repetitivas e para a garantia do contraditório.³⁹

O novo CPC admitiu em parte as críticas quanto à preventividade do IRDR, dispondo que o instituto terá cabimento quando houver a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, porém não se exigiu como pressuposto para a instauração o incidente a prévia existência de decisões conflitantes sobre as questões que versam sobre mesma questão de direito, sob o argumento de que isso iria contra o objetivo do instituto, que é de prover o julgamento unificado para as demandas repetitivas e com isso permitir uma maior economia e celeridade na prestação jurisdicional.

Além disso, é necessário o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica para a instauração do IRDR. O Enunciado nº 87 do Fórum Permanente de Processualistas Civis dispõe que:

“A instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas não pressupõe a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão, mas preponderantemente o risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)”.⁴⁰

Uma crítica feita ao IRDR é a ausência de um requisito objetivo para quantificar quantos processos seriam necessários para se considerar uma efetiva repetição. Analisaremos mais a fundo tal crítica mais a frente.

Outra observação é de que a efetiva repetição dos processos que

³⁹ BASTOS, Antonio Adonias. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do incidente de resolução de causas repetitivas no projeto do novo CPC. In: **O projeto do novo Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao Professor José Albuquerque Rocha**. DIDIER JR., Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo (coords.). Salvador: JusPodivm, 2011, p.35.

⁴⁰ ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

autoriza a suscitação do IRDR não se refere unicamente às demandas individuais, mas também às ações coletivas que sejam capazes de colocar em risco a isonomia e segurança jurídica. A regra, porém, é que a repetição de processos em que cabe a instauração do IRDR em ações coletivas são as que versem sobre direitos individuais homogêneos, pois no caso de ações coletivas de direitos difusos e coletivos *stricto sensu* não geram risco à isonomia e segurança jurídica. Neles ocorreria a conexão ou litispendência, sendo reunidos para julgamento simultâneo.⁴¹

Quanto ao cabimento para questões unicamente de direito, apesar de ter sido questionado durante a fase de revisão na Câmara dos Deputados, quando se chegou a prever que também caberia a instauração do IRDR para questões de fato controvertido, a Lei foi aprovada com o requisito de questões unicamente de direito, após exclusão na fase final da Câmara dos Deputados da possibilidade de aplicação do instituto para questões de fato.

A possibilidade de dirimir questões de fato controvertido aproximaria o IRDR do procedimento-modelo alemão, e da ordem de litígios em grupo (GLO) do ordenamento inglês, que podem versar sobre fato e direito. Alguns autores, como Marcos de Araújo Cavalcanti, defendem que a utilização do instituto para a solução de questões predominantemente fáticas seria plenamente possível, sendo necessário apenas que as questões decorressem de origem comum e fossem homogêneas.⁴²

Porém, como previsto no NCPC, o IRDR só terá cabimento para questões unicamente de direito e, nos termos do parágrafo único do art. 928, CPC, as questões que podem ser abrangidas pelo IRDR podem ser de direito material ou processual, não admitida interpretação restritiva para permitir que o incidente seja usado para dirimir questões unicamente de direito material, como acontecia nos embargos de divergência. Neste sentido, encontram-se os enunciados nº 88 e nº

⁴¹CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p.424.

⁴²CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p.426-428.

327 do Fórum Permanente de Processualistas Civis:

“ 88. (art. 976; art. 928, parágrafo único) Não existe limitação de matérias de direito passíveis de gerar a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas e, por isso, não é admissível qualquer interpretação que, por tal fundamento, restrinja seu cabimento. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)

327. (art. 928, parágrafo único). Os precedentes vinculantes podem ter por objeto questão de direito material ou processual. (Grupo: Precedentes)”.⁴³

Outro requisito de admissibilidade do IRDR seria a pendência de causa no tribunal (recurso, remessa necessária ou processo de competência originária). O §2º do art. 988 do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados continha um dispositivo que declarava expressamente a necessidade de pendência de causa no tribunal como pressuposto de instauração do incidente. No Senado o referido enunciado foi excluído e não consta no CPC, isto, porém não retirou tal requisito de admissibilidade. Isto porque o parágrafo único do art. 978 do CPC prevê:

“Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.”

Exige-se, portanto, que haja algum recurso, remessa necessária ou processo de competência originária que tenha dado origem ao IRDR. Nesse sentido é o Enunciado n. 344 do Fórum Permanente de Processualistas Civis:

“344. (art. 978, parágrafo único) A instauração do incidente pressupõe a existência de processo pendente no respectivo tribunal. (Grupo: Precedentes; redação revista no V FPPC-Vitória)”.⁴⁴

Não há, porém, a necessidade de repetição dos processos no tribunal, sendo suficiente que exista uma repetição de processos (em primeira ou segunda

⁴³ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

⁴⁴ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

instância) e que algum deles esteja no tribunal.

2.2.2 *Legitimação*

O artigo 977 do CPC prevê os legitimados para fazerem o pedido de instauração do incidente. Segundo o referido artigo, o pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal: pelo juiz ou relator, por ofício; pelas partes e pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

Embora nem na redação do referido artigo e nem em outro artigo do CPC esteja muito claro, as partes que podem requerer a instauração o incidente não são somente as partes do processo que se encontra em segunda instância. Quaisquer partes de processos que a questão esteja em discussão, ainda que com tramitação em primeiro grau, e tomem conhecimento de que uma demanda repetitiva já se encontra em julgamento no tribunal competente, tem legitimação pra requerer a instauração do IRDR.⁴⁵

Segundo o § 3º do art. 982, qualquer dos legitimados dos incisos II e III do art. 977 (partes, Ministério Público e Defensoria Pública) pode pedir ao tribunal superior competente que suspenda todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão do incidente já instaurado.

2.2.3. *Requerimento de instauração*

O Enunciado n. 343 do Fórum Permanente de Processualistas Civis afirma: “343. (art. 976) O incidente de resolução de demandas repetitivas compete a tribunal de justiça ou tribunal regional. (Grupo: Precedentes)”.

O CPC não estabelece prazos para se suscitar o incidente. Para isso, então, é necessária uma interpretação seguindo a lógica do processo. Para o relator, a instauração pode ser feito até o início da leitura dos votos na sessão de julgamento.

⁴⁵CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p 435-437.

Para o juiz, as partes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, o ofício ou o requerimento deve ser apresentado até o início da sessão de julgamento da causa pendente no tribunal. Nada impede, também, que seja feito por meio de sustentação oral, pois ainda não iniciados os votos, pode o relator e o próprio órgão deliberar sobre a instauração do IRDR.⁴⁶

O ofício ou petição devem conter documentos que demonstrem que os pressupostos para a instauração do incidente forma preenchidos. Quando houver mais de um pedido de instauração do incidente ao mesmo tribunal pelos diversos legitimados, o que é possível, deverão ser apensados e processados em conjunto, e os pedidos oferecidos após admissão serão apensados e sobrestados, sendo que o órgão julgador deverá considerar as razões nele expostas, entendimento segundo o Enunciado n. 89 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.⁴⁷

Segundo o Enunciado nº 90 do referido fórum, podem ser instaurados dois Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas que versem sobre a mesma questão unicamente de direito em dois tribunais diferentes. Não será admitido, porém, a instauração do IRDR quando um dos tribunais superiores já tiver afetado recurso para a definição de tese sobre questão de direito repetitiva.⁴⁸

⁴⁶CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015. p 438-440.

⁴⁷ (art. 976) Havendo apresentação de mais de um pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas perante o mesmo tribunal todos deverão ser apensados e processados conjuntamente; os que forem oferecidos posteriormente à decisão de admissão serão apensados e sobrestados, cabendo ao órgão julgador considerar as razões neles apresentadas. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

⁴⁸ (art. 976) É admissível a instauração de mais de um incidente de resolução de demandas repetitivas versando sobre a mesma questão de direito perante tribunais de 2º grau diferentes. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

2.2.4. Desistência ou abandono de causa no tribunal

O art. 976 em seu §1º prevê que a desistência ou abandono da causa pendente no tribunal não impede o exame de mérito do IRDR. O interesse público tem prioridade sob o interesse particular, então mesmo se o incidente tiver sido requerido por uma das partes, a desistência de uma das partes não encerra o incidente. Isso não significa que a parte não tem o direito à desistência, mas sim que a demanda ou o recurso em si deve prosseguir, e o prosseguimento da instrução tem o Ministério Público, pela determinação legal, como o novo requerente.⁴⁹

Esse entendimento segue a tendência dos julgamentos por amostragem, no sentido em que acata o pedido de desistência da parte, mas impossibilita a estagnação do procedimento, que, pelo interesse público, tem prosseguimento com a inserção do Ministério Público, representando este interesse social para a resolução daquela matéria afetada e aplicabilidade para outros processos.⁵⁰

2.2.5. O Ministério Público como fiscal da Lei

O Ministério Público pode atuar no IRDR como fiscal da lei quando não for parte nem for o requerente do incidente. Ademais, deve assumir a titularidade no incidente caso haja desistência ou abandono. Enquanto para os outros legitimados a assunção da titularidade ativa nos casos de desistência ou abandono é mera faculdade, para o Ministério Público é um poder-dever não discricionário. É o que prevê o § 2º do art. 976 do CPC.

⁴⁹LEMOS, Vinícios Silva. **A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes**, p.20. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%Aancia_no_Microssistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12, maio, 2016.

⁵⁰LEMOS, Vinícios Silva. **A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes**, p.20. Disponível em: <http://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%Aancia_no_Microssistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes> Acesso em: 12 maio 2016.

2.2.6 Procedimento

Após a distribuição do IRDR, o órgão competente para julgar o incidente, segundo o art. 981, órgão esse que deverá ser colegiado, procederá ao juízo de admissibilidade, verificando a existência dos pressupostos presentes no art. 976, conforme disposto no art. 981, CPC.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade o órgão julgador tem o poder-dever de instaurar o IRDR. Apesar de no texto do código não conter uma expressão discricionária expressa, algumas expressões subjetivas podem abrir uma margem de discricionariedade aos julgadores, como por exemplo, as expressões “efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito” ou “presente o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica”.

Há autores, que para evitar decisões discricionárias, defendem a criação de critérios objetivos, como Marcos Araújo Cavalcanti:

“(…) por intermédio de uma permissão legislativa para que o CNJ, com base em seus estudos e relatórios, fixe, prévia e periodicamente, uma quantidade exata de processos repetitivos que permitiriam o requerimento e instauração do IRDR. Outra hipótese seria o NCPC estabelecer uma quantidade mínima de requerimentos de instauração do IRDR e serem apresentados por diferentes legitimados, no decorrer de um período fixado no Código.”⁵¹

Depois de admitida a instauração do IRDR, o relator do incidente deverá, segundo o art. 982, determinar a suspensão da tramitação dos processos repetitivos que tramitem na região de abrangência do tribunal que está julgando o incidente. Se ele entender necessário, poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias. E deverá intimar o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

⁵¹ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p 443.

Não previsto no Código, mas afirmado pelo Enunciado n. 93 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, os processos que versem sobre a mesma questão objeto do incidente que tramitam nos Juizados Especiais também devem ficar suspensos, e a eles se aplicará a mesma tese decidida no incidente. Tal aplicação do IRDR é considerada inconstitucional por diversos autores, e essa crítica será tratada mais a fundo neste trabalho.⁵²

Ainda com relação à determinação de suspensão, em conformidade com o inciso IV do art. 313 do CPC e com o enunciado n. 92 do Fórum Permanente de Processualistas civis, é a própria decisão de admissibilidade que tem eficácia suspensiva sobre os demais processos repetitivos, sendo que o relator tem o papel simplesmente de comunicar o teor da decisão de admissibilidade do IRDR, por meio de ofício.⁵³

Durante a suspensão, quaisquer pedidos de tutela de urgência deverão ser direcionados ao juízo onde tramita o processo repetitivo suspenso, segundo art. 982, § 2º, CPC.

Proferida a decisão que admite a instauração do IRDR, há a possibilidade de quaisquer dos legitimados para o pedido de instauração do IRDR (§3º, 982, CPC) e também às demais partes de processos que versem sobre a questão tratada no IRDR (§4º, 982, CPC) de requererem ao presidente do STJ ou do STF, conforme o caso, a extensão da eficácia suspensiva a todos os processos que versem sobre a questão repetitiva em tramitação em todo o território nacional, visando à segurança jurídica. Tal suspensão depende somente da demonstração da existência de

⁵²(art. 982, I) Admitido o incidente de resolução de demandas repetitivas, também devem ficar suspensos os processos que versem sobre a mesma questão objeto do incidente e que tramitem perante os juizados especiais no mesmo estado ou região. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

⁵³(art. 982, I; Art. 313, IV) A suspensão de processos prevista neste dispositivo é consequência da admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas e não depende da demonstração dos requisitos para a tutela de urgência. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; redação revista no III FPPC-Rio). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

múltiplos processos versando sobre a mesma questão de direito em tramitação em mais de um estado ou região, como diz o Enunciado n. 95 do Fórum Permanente de Processualistas Civis.⁵⁴

De acordo com o § 5º do art. 982, CPC, cessa a suspensão a que se refere o inciso I se não for interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra a decisão proferida no incidente. Vale ressaltar, ainda, que a admissão do IRDR não suspende o prazo prescricional das pretensões individuais.⁵⁵

2.2.7. Pedido de distinção

O CPC com relação ao IRDR não previu um pedido de distinção. Este pedido, porém, pode ser feito com base em uma analogia ao art. 1.037, §§ 8 a 13 do CPC. Tais dispositivos são relativos ao julgamento de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. A referida analogia é possível, pois, conforme já citado e de acordo o Enunciado n. 345 do Fórum Permanente de Processualistas Civis, o IRDR e os recursos repetitivos formam um microssistema de solução de casos repetitivos, e suas normas de regência se completam e devem ser interpretadas conjuntamente.⁵⁶

Após o recebimento do ofício que comunica a admissibilidade do IRDR, o juiz no caso concreto deverá intimar as partes para que se manifestem acerca da eficácia suspensiva da decisão (art. 1.037, § 8º, CPC). Se a parte demonstrar

⁵⁴ (art. 982, §§3º, 4º e 5º) A suspensão de processos na forma deste dispositivo depende apenas da demonstração da existência de múltiplos processos versando sobre a mesma questão de direito em tramitação em mais de um estado ou região. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

⁵⁵ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p 446-447.

⁵⁶ (arts. 976, 928 e 1.036/79). O incidente de resolução de demandas repetitivas e o julgamento dos recursos extraordinários e especiais repetitivos formam um microssistema de solução de casos repetitivos, cujas normas de regência se complementam reciprocamente e devem ser interpretadas conjuntamente. (Grupo: Precedentes; redação revista no V FPPC-Vitória). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

distinção entre a questão a ser decidida no processo e a que vai ser julgada no IRDR, a parte poderá requerer o prosseguimento de seu processo (art. 1.037, § 9º, CPC), como prevê o Enunciado n. 348 do Fórum Permanente de Processualistas Civis. A parte contrária deverá ser ouvida sobre o requerimento no prazo de cinco dias.⁵⁷

Apesar de não estar previsto para o IRDR, entende-se que são cabíveis os recursos de agravo de instrumento (se o processo estiver em primeiro grau) e agravo interno (se a decisão for do relator) contra decisão que resolve pedido de distinção em recurso especial ou extraordinário repetitivo, conforme entendimento do Fórum Permanente de Processualistas Civis, nos Enunciados n. 345 e n. 346.⁵⁸

2.2.8. *Julgamento*

O art. 980 estabelece um prazo de um ano para o julgamento do incidente, devendo este ter preferência sobre os demais feitos, com ressalva aos que envolvem réu preso e pedido de *habeas corpus*. Após o referido prazo, cessa a suspensão dos processos.

Não foi estabelecido, porém, a data de início desse prazo, se da data do requerimento, da admissibilidade ou da publicação da decisão que suspende os

⁵⁷ (arts. 987, 1.037, II, §§ 5º, 6º, 8º e seguintes) Os interessados serão intimados da suspensão de seus processos individuais, podendo requerer o prosseguimento ao juiz ou tribunal onde tramitarem, demonstrando a distinção entre a questão a ser decidida e aquela a ser julgada no incidente de resolução de demandas repetitivas, ou nos recursos repetitivos. (Grupo: Precedentes). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

⁵⁸ (arts. 976, 928 e 1.036/79). O incidente de resolução de demandas repetitivas e o julgamento dos recursos extraordinários e especiais repetitivos formam um microsistema de solução de casos repetitivos, cujas normas de regência se complementam reciprocamente e devem ser interpretadas conjuntamente. (Grupo: Precedentes; redação revista no V FPPC-Vitória). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

(art. 976) A Lei nº 13.015, de 21 de julho de 2014, compõe o microsistema de solução de casos repetitivos. (Grupo: Precedentes). ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 03 de Maio de 2016.

processos. O autor Marcos de Araújo Cavalcanti defende que a data de publicação da decisão de admissibilidade no diário oficial deve ser o termo inicial do prazo.⁵⁹

2.2.8. Competência

De acordo com o art. 978 do CPC, a competência para o julgamento do IRDR é do tribunal de justiça ou tribunal federal do respectivo Estado ou região, cabendo ao regimento interno de cada tribunal indicar o órgão que julgará o incidente, dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

A indicação do órgão julgador se dará pelo regimento interno do tribunal, pois é uma prerrogativa constitucional. O art. 96, alínea “a”, da CF/88, prevê como competência privativa dos tribunais a disposição sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

Apesar de ser competência privativa dos tribunais a escolha do órgão colegiado (o órgão deve ser colegiado, sendo vedada a decisão monocrática) competente para o julgamento do IRDR, o CPC exige que este órgão seja um dos que são responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

O parágrafo único do art. 978, CPC, prevê que o órgão incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

O autor Marcos de Araújo Cavalcanti considera tal dispositivo formalmente e materialmente inconstitucional, formalmente, pois não encontra nenhum dispositivo correspondente no Anteprojeto, no Projeto do Senado e no Projeto da Câmara, não havendo discussão nas casas legislativas a seu respeito. E materialmente inconstitucional, pois ele mesmo determina qual órgão julgará o recurso, a remessa necessária, e o processo de competência originária de onde se

⁵⁹ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p 449-450.

originou o incidente, usurpando a competência dos tribunais, conforme art. 96, alínea “a”, CF/88.⁶⁰

2.3. Críticas ao IRDR

Apesar de aclamado por diversos juristas, o IRDR também foi alvo de diversas críticas e censuras por alguns doutrinadores. Algumas das críticas feitas ao instituto são de fato preocupantes, porém outras podem levar a um questionamento sobre como aperfeiçoar a sua aplicação.

Algumas outras observações somente podem ser confirmados com a utilização mais intensa do instituto na prática.

Um dos perigos apontados pela aplicação equivocada do IRDR é a perpetuação de equívocos, sobretudo com a utilização de uma decisão modelo. O autor Jutahy Magalhães Neto acredita que essas decisões modelos que decorrem da massificação de litígios, são uma forma que o Poder Judiciário encontrou de diminuir a quantidade de processos, e que a propagação de decisões igualitária vai afetar a justiça, pois podem ignorar as peculiaridades do caso concreto, possibilitando, assim que um equívoco se perpetue.⁶¹

O mesmo autor ainda aponta o perigo de esvaziamento da estrutura recursal, possibilitando a utilização do instituto com o intuito único de diminuição do volume de processo em detrimento de discussões mais ampla sobre a justiça das decisões, além de concentrar poder nas mãos de poucos magistrados.⁶²

Conquanto tenham seu valor, tais críticas não podem constituir justificativa para a adoção do instituto em causa ou para invalidá-lo como meio de aperfeiçoamento do sistema processual.

⁶⁰ CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. - Salvador: Juspodivm, 2015, p 453.

⁶¹ MAGALHÃES, Jutahy Neto. **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Necessidade de ajustes antes mesmo da implementação do instituto?**, São Paulo, Ixtlan, 2015, p. 67-69.

⁶² MAGALHÃES, Jutahy Neto. **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Necessidade de ajustes antes mesmo da implementação do instituto?**, São Paulo, Ixtlan, 2015. p. 67-69.

Em qualquer modelo processual há a possibilidade de erro, e para isso há remédios criados não só para evitar erros, mas também para corrigi-los. No caso em questão, diferentemente dos julgamento em massa, em que uma tese equivocada ou baseada em pressupostos frágeis se reproduz em uma infinidade de casos, o procedimento do IRDR permite uma discussão amplificada pela participação de vários interessados (*amicus curiae*) bem como de partes de outros processos que tenham argumentos pertinentes à causa, na forma prevista no art. 927, § 2º: "a alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese."

Ademais, há a possibilidade de recurso contra o julgamento do mérito do incidente, recurso especial ou extraordinário, conforme prevê o art. 984 do CPC/15.

A perpetuação de erros e equívocos também se evita com a adoção de técnicas próprias da aplicação de precedentes, como a distinção e o *overruling*.

A tese não será feita discricionariamente em casos que apresentem apenas similitudes, mas será feita quando os processos tratarem de uma mesma questão de direito e se enquadrar nos moldes de aplicação do incidente. A técnica da distinção permite esse corte, conforme previsto no art. 1037, § 9º., do CPC: "demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo".

Além disso, assim como as casas legislativas, os tribunais não devem ignorar as mudanças sociais e tecnológicas que inspiraram a adoção dos determinados, e por isso podem superá-los (técnica da distinção), conforme prevê o art. 927, § 2º a 4º do CPC:

"§ 3º Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e no da segurança jurídica. § 4º A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de

fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia."

Não há, portanto, risco à justiça, e sim uma busca maior de justiça, para que os casos que se encontram na mesma situação recebam o mesmo julgamento.

Por último, não se deve presumir a má-fé dos operadores do direito, imputando-lhes o mero intuito de diminuir o número de processos. Ao contrário, há de se presumir, que todos os profissionais trabalham de forma a cumprir seus papéis honestamente, fazendo o seu trabalho com a qualidade esperada deles, pois esta é a regra.

Outra crítica feita por Jutahy Magalhães é que falta estrutura judiciária para que os paradigmas sejam julgados de forma mais célere. Após explanar o contexto brasileiro da massificação de litígios, o autor defende que o judiciário não tem a estrutura para lidar com os litígios de massa e que o incidente não é a solução para a diminuição ou para evitar o ajuizamento de demandas.

Além disso, a paralisação dos processos em razão da suspensão decorrente da instauração do incidente é medida que não se mostra compatível com a celeridade.⁶³ Pondera-se, todavia, que a celeridade não pode ser examinada de modo isolado, sob o ponto de vista de um processo ou uma fase processual, pois o , a tempo que, a princípio, se perde com a suspensão do processo na fase do julgamento, se ganha em face da eliminação de recursos, além do que, em relação aos grandes litigantes, aquelas empresas ou instituições que são parte em uma infinidade de processos, se alcança uma solução mais rápida para o conjunto das demandas em tramitação.

Critica-se também a eliminação ou redução do debate entre partes. Há o receio de que, ao julgar os interesses individuais coletivizados, haja uma diminuição da participação dos interessados na formação do mérito da lide, bem como que o prazo de quinze dias seja insuficiente para a produção de provas pelas partes e

⁶³ MAGALHÃES, Jutahy Net. **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Necessidade de ajustes antes mesmo da implementação do instituto?**, São Paulo, Ixtlan, 2015, p. 69-74.

interessados. Argumenta-se que a decisão passaria a ser um ato isolado do magistrado dotado de discricionariedade, no qual só seria levado em conta o que contasse nos autos em análise.⁶⁴

Tal crítica também não tem pertinência, pois, como já afirmado antes, há possibilidade de participação das partes e de interessados antes da fixação da tese, conforme previsto no art. 980 do CPC. Além disso, o objetivo do IRDR não é a prova, a reunião de material fático sobre uma determinada demanda, mas a fixação de uma tese jurídica, para o que se conta com a colaboração em potencial de vários sujeitos.

Carlos Eduardo Passos também critica a utilização do termo “unicamente de direito” alegando que não existem questões exclusivamente de direito, mas só preponderadamente de direito, afirmando, ainda, que o trabalho de subsunção do enunciado, obtido no julgamento do incidente, não dispensa o magistrado de confrontar a situação fática dos autos com o resultado do julgamento daquele incidente.

Sem dúvidas que as decisões precisarão ser uniformes, mas da subsunção do enunciado às questões de fato, o magistrado não tem como fugir.⁶⁵ Ademais, eventual imprecisão terminológica pode ser corrigida mediante a interpretação sistemática e teleológica para o que contribuirá a consolidação da jurisprudência e as observações da doutrina, inclusive a crítica que ora se analisa.

O intuito do incidente não é dispensar de que o órgão julgador de apreciar a lide, e sim que diminuir a quantidade de vezes em que tenha que enfrentar a mesma questão de direito em casos subsequentes. A economia e celeridade ocorrerão, pois ao invés de apreciar a questão repetitiva repetidas vezes, o

⁶⁴ MAGALHÃES, Jutahy Net. **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Necessidade de ajustes antes mesmo da implementação do instituto?**, São Paulo, Ixtlan, 2015, p. 74-77.

⁶⁵ Passos, Carlos Eduardo da Fonseca. **O porvir de um devaneio**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 72-102, jan.-fev.-mar. 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_72.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

magistrado já terá um enunciado que será aplicado aos casos em que se mostrar cabível.

O referido autor acredita ser ilusória a ideia de que a uniformização da jurisprudência possa evitar a cultura demandista e ingênuo imaginar que o direito pretoriano pusesse ordem nas coisas, acabando com o demandismo (a dinâmica da ligância pela ligância). Todos os processos contêm interesse, e cada litigante crê e defende que, apesar da jurisprudência, seus interesses são peculiares, o que se agrava com os benefícios da gratuidade de justiça, que reduz a zero os riscos da demanda, fazendo com que a judicialização valha a pena.

De fato, não se pode esperar que o IRDR seja, por si, suficiente para combater a cultura demandista. Todavia, é possível examiná-la como uma das várias medidas pelas quais se busca desestimular os processos desnecessários. Pode ser que não evite que todos entrem no judiciário esperando ganho de causa, mas pode desestimular muitos de o fazerem. Independentemente disso, a uniformização da jurisprudência trará benefícios, pois gerará mais segurança jurídica aos jurisdicionados.

O autor Carlos Eduardo da Fonseca Passos também critica o IRDR, que considera uma ilusão. A ilusão se dá pela esperança de que o novo instituto, o IRDR, seja uma solução para a redução e prevenção de demandas. A crítica é relacionada ao demasiado otimismo, como descrito pelo referido autor. Ele questiona a verdadeira redução do tempo e do número de processos na prática.⁶⁶

De fato, nenhuma técnica processual não pode, jamais, ser analisada como panacéia, um remédio para todos os males. Não é possível afirmar que com a utilização do novo instituto, seja suficiente para resolver todos os problemas de demora e insegurança jurídica. Todavia, não se pode perder o estímulo de buscar

⁶⁶ Passos, Carlos Eduardo da Fonseca. **O porvir de um devaneio**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 72-102, jan.-fev.-mar. 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_72.pdf> Acesso em: 08 de maio de 2016.

experiências que possam por fim a desafios pontuais, como estes apontados.

3 O IRDR COMO UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO À PROBLEMÁTICA DAS DEMANDAS DE MASSA

3.1. O IRDR como solução contra a insegurança jurídica

3.1.1. A instabilidade da jurisprudência

A jurisprudência é muito instável, pois há variação de posições dentro de um mesmo tribunal e de tribunal para tribunal. Cada juiz decide de um forma, gerando a possibilidade da admissão de várias teses a partir de um mesmo enunciado normativo. Isso gera, conseqüentemente, um grande desafio à segurança jurídica no sistema judiciário brasileiro.

O fato de haver muitos processos similares com decisões díspares é preocupante. Com as incertezas de julgamentos acompanham incertezas quanto ao direito que se busca tutelar. Assim, muitas vezes, o titular do direito sente-se desestimulado a litigar pela pouca garantia de que seu pedido seja acolhido, ao mesmo tempo em que muitas pessoas se aventuram em demandas sem respaldo ante a possibilidade de um ganho infundado.

A dispersão da jurisprudência fragmenta o sistema, e gera intranquilidade, acarretando perplexidade na sociedade. A segurança jurídica é, para José Afonso da Silva, o “conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das conseqüências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida”.⁶⁷ Gilmar Mendes, por sua vez, afirma que ela é um subprincípio do Estado de Direito e que possui papel diferenciado na concretização da justiça material.⁶⁸

Na exposição de motivos do novo CPC é possível observar a

⁶⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 433.

⁶⁸ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 486-489.

preocupação com a segurança jurídica que a comissão teve, tendo em vista que a ausência de segurança jurídica contribui para o descrédito do Poder Judiciário:

"O novo Código prestigia o princípio da segurança jurídica, obviamente de índole constitucional, pois que se hospeda nas dobras do Estado Democrático de Direito e visa a proteger e a preservar as justas expectativas das pessoas.

Todas as normas jurídicas devem tender a dar efetividade às garantias constitucionais, tornando "segura" a vida dos jurisdicionados, de modo a que estes sejam poupados de "surpresas", podendo sempre prever, em alto grau, as consequências jurídicas de sua conduta.

Se, por um lado, o princípio do livre convencimento motivado é garantia de julgamentos independentes e justos, e neste sentido mereceu ser prestigiado pelo novo Código, por outro, compreendido em seu mais estendido alcance, acaba por conduzir a distorções do princípio da legalidade e à própria ideia, antes mencionada, de Estado Democrático de Direito. A dispersão excessiva da jurisprudência produz inquietude social e descrédito do Poder Judiciário.

Se todos têm que agir em conformidade com a lei, ter-se-ia, ipso facto, respeitada a isonomia. Essa relação de causalidade, todavia, fica comprometida como decorrência do desvirtuamento da liberdade que tem o juiz de decidir com base em seu entendimento sobre o sentido real da norma."⁶⁹

O sistema judiciário deve gozar de estabilidade e previsibilidade para que proteja e justifique a confiança da população na ordem jurídica.

A uniformidade de decisões promove a segurança jurídica na medida em que deixa transparecer previsibilidade do comportamento esperado do cidadão. A justiça é promovida uma vez que aplicada a lei de forma igual para todos. Dessa forma, pretende-se afastar a descrença e estimular a confiança no Judiciário, abrindo as portas do sistema jurídico a quem dele precisar.

Fez-se, portanto, necessário o combate à insegurança jurídica, o que foi buscado pelo novo CPC, sendo o IRDR uma dos instrumentos deste mister.

O *stare decisis* serviu de inspiração para a criação do instituto objeto

⁶⁹ BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

do presente estudo, uma vez que se trata de um mecanismo de uniformização de decisões, com vinculação aos precedentes nos planos horizontal e vertical. A doutrina da *stare decisis* preleciona que os precedentes devem ser seguidos pelos órgãos que lhe são subordinados ocorrendo vinculações no sentido horizontal (vinculação interna), e também no sentido vertical (vinculação ao precedente de tribunal a qual é subordinado), e, por consequência, a uniformização da jurisprudência, trazendo segurança jurídica, através da previsibilidade das decisões judiciais.⁷⁰

O IRDR vem ao nosso ordenamento jurídico para aumentar a uniformidade das decisões do judiciário, nas demandas repetitivas, que atualmente é frágil. Muitas demandas que tratam da mesma questão de direito não obtêm decisões iguais, pelo contrário, em casos análogos ocorrem decisões conflitantes. Isso é um grave problema para a segurança jurídica no sistema judiciário brasileiro, principalmente em situações massificadas.

O IRDR permite que a questão jurídica seja solucionada de um modo harmônico, dando coerência às decisões jurisprudenciais em relação a determinada questão, com efeito vinculante em relação aos demais casos.

3.1.2. O IRDR, descentralização e o princípio da igualdade

O processo é o meio de viabilizar o acesso à justiça, sendo ele o meio pelo qual se tutela o direito nos casos concretos. Para que o processo concretize a democracia, ele deve ser justo, respeitando os fundamentos processuais, como o contraditório, ampla defesa e imparcialidade do juiz, exige-se que as decisões sejam fundamentadas com base nas normas e valores constitucionais. A partir desses fundamentos, esses procedimentos visam além de construir uma sentença, tutelar

⁷⁰ KRYMINICE, Bruno Oliveira de Souza. *Novo CPC e incidente de resolução de demandas repetitivas*. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4221, 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30086>>. Acesso em: 22 set. 2016

quem verdadeiramente possua razão no direito pretendido.⁷¹

Paulo Bonavides afirma que princípio da igualdade como pilar essencial ao próprio conceito de Estado Democrático de Direito:

"O centro medular do Estado Social e de todos os direitos de sua ordem jurídica é indubitavelmente o princípio da igualdade. Com efeito, materializa ele a liberdade da herança clássica. Com esta compõe um eixo ao redor do qual gira toda a concepção estrutural do Estado democrático contemporâneo.

De todos os direitos fundamentais a igualdade é aquele que mais tem subido de importância do Direito Constitucional de nossos dias, sendo, como não poderia deixar de ser, o direito-chave, o direito-guardião do Estado social."⁷²

O texto do Novo Código de Processo Civil tem como um dos objetivos conferir uma maior segurança jurídica, além celeridade à prestação da justiça e maior efetividade ao processo. Significa que as normas devem apresentar efetividade às garantias constitucionais, transferindo segurança à vida dos jurisdicionados, para que estes sejam poupados de surpresas, tendo um conhecimento mais concreto sobre as consequências jurídicas de sua conduta.

O princípio da segurança jurídica, considerando sua estabilidade e continuidade da ordem jurídica e previsibilidade das consequências de determinada conduta, é imprescindível para o chamado Estado de Direito.

O princípio da segurança jurídica é, na esfera judicial, um concretizador do princípio da igualdade. Ao se buscar segurança jurídica, além de se ansiar por previsibilidade, asia-se também por isonomia das decisões prolatadas pela Justiça.

⁷¹ MARIQUITO, Carla da Silva. Fundamentação das decisões judiciais: sua importância para o processo justo e seu "desprezo" numa sociedade que tem pressa. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11892>. Acesso em set 2016.

⁷² BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 376.

Concretizando as ideias norteadoras para o novo código criou-se o instituto do IRDR. No próprio dispositivo legal que disciplina o Incidente é possível perceber que um de seus objetivos é combater a insegurança jurídica, pois ele é cabível justamente nos casos risco de ofensa à segurança jurídica e à isonomia.

Com uma maior segurança jurídica nas questões massificadas, através do IRDR haverá uma garantia de maior democratização no sistema judiciário para a população brasileira. Ao se estabelecer uma tese sobre uma questão jurídica repetitiva e garantir sua aplicação não só aos processos já tramitantes mas também aos futuros processos que versem sobre a mesma questão, dá-se aos jurisdicionados uma igualdade de tratamento. Ou seja, haverá uma concretização da igualdade no campo jurídico ao se garantir que uma mesma questão de direito seja decidida de maneira equânime para todos os que acionarem o judiciário.

E não pode ser tolerada a existência de decisões divergentes diante de casos concretos tratando de uma mesma questão de direito. Não há Estado Constitucional e não há direitos iguais, no momento em que casos idênticos recebem diferentes decisões do Poder Judiciário.⁷³

Em conclusão, a uniformização de julgamento propiciada pelo IRDR corresponde a um modelo de processo democrático com solução distribuída para diversas partes de modo harmônico.

Isso dá mediante um procedimento que prevê a instauração do IRDR nas hipóteses em que há efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica (art. 976 do Código de Processo Civil).

⁷³ NICZ, Alvacir Alfredo. O Princípio da Igualdade e sua significação no estado democrático de direito. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8420&revista_caderno=9>. Acesso em set 2016.

A ampla publicidade da instauração do incidente, suspensão dos processos idênticos que estejam em curso e a ampliação dos legitimados para participar (art. 983) dão a certeza de que a comunidade jurídica e a sociedade terão conhecimento da decisão, o que constitui para alargar a segurança dela decorrente.

A segurança é ampliada ainda, com a determinação para que seja aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região. De igual forma, aplica-se aos casos futuros que versem idêntica questão de direito.

Além disso, a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito (art. 987).

O resultado do julgamento do IRDR tem efeito vinculante, aplicando-se a todos os processos que venham a tramitar no território de competência do tribunal e só pode ser modificada pelo processo de revisão, na forma do art. 986 do Código de Processo Civil.

Ademais, o descumprimento, pelos juízos vinculados, da tese estabelecida, dá ensejo a reclamação.

Por fim, vincula também a Administração Pública por seus órgãos, entes ou agências reguladoras competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

3.1.3. Territorialidade, segurança jurídica e direito local

A insegurança jurídica, a qual o IRDR visa afastar, será combatida, a priori, no mesmo tribunal, pois ao ser fixada a tese do IRDR tal tese será aplicada aos processos presentes e futuros que tramitem na área de jurisdição do respectivo

tribunal em que foi julgada a tese. Isso já demonstra um grande avanço para a segurança jurídica considerando que atualmente a discrepância de jurisprudência dentro de um mesmo tribunal é muito grande.

Tal regra permite não apenas a harmonização dos julgados no âmbito do mesmo órgão, quando dá ensejo à valorização das peculiaridades locais decorrentes do modo como se dá a prática de atos negociais ou mesmo como se deve aplicar e interpretar o Direito local (municipal e estadual).

Entretanto o Novo CPC prevê a possibilidade de suspensão em todo território nacional de processos que versem sobre a questão discutida em IRDR, com o que se permite um equilíbrio entre o local e o nacional na interpretação do Direito. Em outras palavras, a busca da segurança jurídica não deve se dar em detrimento da justiça na expressão do Direito local.

O Código de Processo Civil prevê, no art. 982, § 3º, que, com o intuito de garantir a segurança jurídica, qualquer dos legitimados mencionados nos incisos II e III do art. 977 pode requerer ao tribunal, competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado. E o § 4º do referido artigo diz que independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência citada.

Além de permitir uniformizar em cada estado ou ramo, o IRDR permite uma uniformização na esfera nacional, pelo STJ ou pelo Supremo através de recurso extraordinário ou especial, suspendendo os processos que versem sobre a questão discutida em IRDR antes mesmo da interposição dos referidos recursos.

Conforme o art. 987, do julgamento do mérito do recurso caberá recurso extraordinário ou especial. O § 1º do referido artigo prevê que o recurso tem efeito suspensivo, e se presume a repercussão geral de questão constitucional que for eventualmente discutida. Já o § 2º estabelece que apreciado o mérito do recurso,

a tese jurídica adotada pelo Supremo ou pelo STJ será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.

Em conclusão, o IRDR permite que a questão jurídica em casos repetitivos seja solucionada de um modo único, uniformizando o pensamento jurídico em relação a determinada questão, e possuindo um efeito vinculante em relação aos demais casos. Isso gerará uma maior segurança jurídica e em consequência guardará a isonomia aos jurisdicionados.

A tese uniformizadora, também, dá um norte não só na solução das demandas, mas ainda na realização dos negócios entre particulares, representando, também, um enorme avanço na atividade privada. O incidente se mostra, portanto, como um instituto capaz de conferir a segurança jurídica, mediante clareza da lei e a previsibilidade do direito, à estabilidade das relações jurídicas e maior confiança dos cidadãos no Estado quando buscar, pelo judiciário, resolver seus conflitos.

Será prevenido, assim, que a discrepância dos julgamentos que gera intranquilidade social e faz com que os jurisdicionados não tenham confiança na solução ofertada pelo Poder Judiciário, seja mitigada nos casos que contenham questão de direito que vai ser julgada pelo IRDR.

3.2. O IRDR, demora e custos

3.2.1. O IRDR como solução contra a morosidade

O novo CPC trouxe alterações que tiveram como objetivo tornar o procedimento mais simples e eficaz. Com isso, pretende-se proporcionar uma prestação jurisdicional mais célere, previsível, capaz de concretizar o direito fundamental à duração razoável do processo e a efetividade da justiça, entregando uma resposta efetiva ao jurisdicionado.

A solução individualizada, além de representar insegurança,

representa duração demorada no processo. Quando julgadas individualmente, as demandas de massa, que às vezes atingem a marca de milhares de processos repetitivos, são julgadas individualmente, com uma total desconexão entre causas idênticas. Isso causa uma excessiva morosidade, pois cada um desses processos correm individualmente, e são analisados e julgados, um por um, por diversos juízes. Ou seja, o trabalho que pode ser feito por um colegiado de juízes (que é a proposta do IRDR) é feito repetidas e incontáveis vezes por diversos juízes, causando assim uma demora excessiva no judiciário.

O IRDR é uma solução para esse tipo de demora, pois a questão repetitiva será julgada apenas uma vez e será aplicada em todos os casos em que couber a aplicação da tese, tanto aos processos que já tramitam como os futuros.

3.2.2. A economia processual

O devido processo legal e o respeito aos princípios que o fundamentam, especialmente o contraditório e a ampla defesa, demandam, sem dúvidas, um certo tempo até que os procedimentos sejam esgotados, procedimentos esses que visam à formação da cognição do juiz. Somente com a devida manifestação das partes em juízo, produção de provas e argumentação pertinente ao direito pretendido, é possível a garantia do direito a um processo justo e devidamente instruído. O procedimento se realiza até a formação do convencimento do juiz, o qual o torna capaz de decidir o caso por meio de sentença.⁷⁴

O novo CPC não ignora tal realidade, proibindo, em seu art. 10, que o magistrado decida sem oportunizar as partes que se manifestem sobre o dissídio.

Sendo assim, inegável que o processo demanda tempo para chegar ao

⁷⁴ MARIQUITO, Carla da Silva. Fundamentação das decisões judiciais: sua importância para o processo justo e seu “desprezo” numa sociedade que tem pressa. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11892>. Acesso em set 2016.

seu desfecho, o que não representa, por si só, maiores problemas para o direito processual ou material. O que passa a se tornar problemática é a morosidade da justiça, entendendo-se morosidade como a situação na qual o processo se estende para além do necessário ou do minimamente razoável para a solução da lide.

Reformas foram realizadas nas últimas décadas, como já discorrido no trabalho, apontando para essa direção.

O IRDR surge como proposta para solução do referido problema, tendo por finalidade a de contribuir para a celeridade e razoável duração processual, além de servir como instrumento de formação de jurisprudência apta a vincular casos semelhantes.

Todo processo precisa esgotar as fases processuais e as vias recursais para chegar a um desfecho, para a decisão transitar em julgado e gerar efeitos concretos e imutáveis.

O esgotamento das fases do processo e das vias recursais demanda como já apresentado bastante tempo. Nas demandas de massa, dificilmente a parte se conforma com a primeira decisão, se ela tem a possibilidade de alcançar, em outra instância, a decisão que lhe seja favorável, ainda mais com a grande divergência de jurisprudência.

Para os processos que já correrem quando admitido o incidente que verse sobre a mesma questão de direito, ficarão suspensos até o julgamento da tese. Após seu julgamento o processo retornará a tramitar, sendo aplicado, se couber ao caso, a tese que foi julgada pelo colegiado. Ocorrendo, assim, um julgamento mais célere.

No art. 332. do novo Código, há a previsão do julgamento liminar para causas que contrariem uma tese de IRDR. Nas causas que dispensem a fase instrutória e independentemente da citação do réu, será julgado liminarmente improcedente o pedido que contrariar (além de enunciado de súmula do Supremo ou do STJ, acórdão proferido pelo Supremo e pelo STJ em recursos repetitivos, e

enunciado de súmula de tribunal local) o entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

O julgamento antecipado e o julgamento liminar eliminam grande quantidade de atos processuais, diminuindo o trabalho processual e permitindo aos operadores do direito concentrar-se nas questões em que a atuação é mais necessária. Além de a morosidade ser combatida, ainda gera uma maior eficácia ao sistema judiciário.

O julgamento *prima facie* é um dos instrumentos hábeis para o descongestionamento do judiciário, em particular, quanto à parcela de processos cuja questão controvertida versar sobre matéria jurídica que já tenha sido resolvida anteriormente em outras demandas similares. Claramente há uma necessidade de celeridade processual e de barrar aquelas demandas já pacificadas que atrasam o trâmite das demais.⁷⁵

Nesse sentido, o incidente de resolução de demandas repetitivas revela-se como uma evolução do art. 285-A do CPC-73, condensando em seu procedimento questões unicamente de direito que podem provocar congestionamento do sistema judiciário, prejudicando, assim, a celeridade processual.

É importante observar que o procedimento do antigo Código (CPC-73) se difere do incidente de resolução de demandas repetitivas, visto que o julgamento *prima facie* se limita a manifestar-se sobre matérias decididas pela total improcedência, enquanto no incidente não há essa restrição, pois se vislumbra a possibilidade de a atividade cognitiva judicial ser manifestada também pela procedência do pedido.

⁷⁵ CAVALCANTI, Lívio Coêlho. Improcedência *Prima Facie*. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.51760&seo=1>>. Acesso em: 22 set. 2016.

3.2.3. A provável diminuição de recursos

Outro benefício trazido pelo novo Código em relação a uma maior celeridade processual se refere à isenção da necessidade de remessa necessária à sentença fundada em tese de IRDR. O art. 496, que trata da remessa necessária, dispõe que está sujeita ao duplo grau de jurisdição, e que só produz efeito depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público e as que julgarem procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

A sentença fundamentada, dentre outros, em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência, é dispensada da remessa, na forma do § 4º do referido artigo. Garante-se, assim, uma rapidez na tramitação do processo e a redução de uma fase processual para os processos que, em regra, submetiam-se ao reexame necessário. O que gerará uma maior celeridade no andamento do processo e possibilitará um trânsito em julgado mais rápido, pondo fim aos processos que maneira mais ágil e eficaz.

3.2.4. O incidente e a celeridade

A economia e celeridade, além do que se refere à economia processual e à diminuição também na fase recursal, ocorrerão em razão desnecessidade de o magistrado apreciar a questão (repetitiva) diversas e repetidas vezes, pois ele já terá um enunciado que será aplicado aos casos em que convir.

O Novo CPC, como já citado, utilizou de precedentes como uma maneira de diminuir o problema da multiplicidade de processos idênticos nos tribunais e a superlotação dos tribunais. O IRDR está inseridos em um microssistema de formação de precedentes, que conta com a utilização de institutos já existentes. O legislador tem atentado aos julgamentos massificados, para que uma única decisão reflita nas demais causas, sendo o juiz obrigado a observar o que e qual forma foi julgado antes, cabendo-lhe julgar se o fato que está diante dele se

enquadra à hipótese do precedente ou não.⁷⁶

A celeridade, um dos pilares do Novo Código, como ela é trabalhada no IRDR, pode ser observada sob dois ângulos, primeiro do julgamento da própria questão de direito junto com outra e segundo da utilização do tempo em que se julgaria cada um daqueles processos, tempo esse que seria utilizado de uma forma mais proveitosa pelo judiciário.

Ou seja, por um ponto de vista macroprocessual, a reunião de processos repetitivos gerará não só uma economia processual em razão da diminuição do *iter* processual, mas também uma economia temporal para o judiciário, que poderá utilizar seu tempo com outras questões.⁷⁷

Isso não significa que o judiciário e que os operadores do direito não devem gastar seu tempo se dedicando a cada processo, mas sim que, com uma racionalização, com a mesma dedicação será possível uma melhor abrangência e melhor eficiência no trabalho dos operadores do direito.

Além disso, o IRDR permite o julgamento em tese, concentrando a discussão sobre a questão de direito. Ocorre então uma cisão cognitiva, através do “procedimento-modelo” ou seja, no incidente são apreciadas as questões comuns aos casos similares, sendo que a decisão de cada caso concreto é deixada para o juízo do processo originário, que aplicará o padrão decisório em consonância com as peculiaridades fático-probatórias de cada caso.⁷⁸

A parte “comum” será dimensionada pelo tribunal de segundo grau

⁷⁶ LEMOS, Vinícios Silva. A desistência no Microssistema de Formação de Precedentes. **Revista Síntese: Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 17, n. 97, p. 602-624, set./out. 2015. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/96478>>. Acesso em: 12, maio, 2016.

⁷⁷ LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, In **Revista de Processo** – v. 36 n. 196 jun./2011, São Paulo, p. 168-170.

⁷⁸ NUNES, Dierle. O IRDR do Novo CPC: este “estranho” que merece ser compreendido, **Justificando.com**, São Paulo, fev 2015. Disponível em: < <http://justificando.com/2015/02/18/o-irdr-novo-cpc-este-estranho-que-merece-ser-compreendido/>>.

mediante ampla cognição, com audiência pública para obtenção de argumentos e análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários. Uma vez dimensionado no acórdão os fundamentos determinantes padronizáveis das causas repetitivas, caberá ao juízo de primeiro grau aplicá-los aos casos concretos em que couberem.

Então a crítica feita por alguns juristas de que a utilização do IRDR não deve ter como um de seus objetivos o de proporcionar a diminuição do trabalho dos operadores do direito não prospera. Isso porque o intuito não é de simplesmente poupar o tempo dos operadores do direito à toa, mas sim permitir que o tempo que possa ser utilizado de forma mais proveitosa ao sistema judiciário.

O IRDR mostra-se muito alinhado às necessidades do Poder Judiciário, permitindo a racionalização do seu trabalho de forma legítima, respeitando as garantias constitucionais.

3.3. O IRDR como solução ao congestionamento da justiça

3.3.1. Excesso de demanda

Grande parte do volume de ações que tramitam no Judiciário brasileiro concerne a causas repetitivas. Tanto ações individuais, quanto em ações coletivas, mas que concernem a uma mesma questão de direito. Tais quantidades de ações em massa têm causado uma crise no sistema judiciário.

Como já explanado no presente trabalho, muitas ferramentas jurídicas já foram criadas para buscar evitar o congestionamento da justiça, como Súmulas Vinculantes, Súmulas impeditivas de recursos, julgamento liminar de improcedência, ações coletivas, dentre outros. Algumas delas cumpriram seus objetivos, algumas o cumpriram em parte, mas nenhuma trouxe ainda uma solução à problemática do congestionamento da justiça.

Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e Roberto Aragão Ribeiro

Rodrigues comentam os instrumentos processuais típicos para a tutela de pretensões individuais, e concluem que eles se revelaram inadequados para solucionar a multiplicidade de ações decorrentes das atuais relações massificadas. Por causa disso o legislador brasileiro desenvolveu o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.⁷⁹

O IRDR permite o julgamento em tese, concentrando a discussão sobre a questão de direito. As questões repetitivas, então, serão discutidas e uma tese será definida. Tal tese é aplicada aos processos que versem sobre aquela questão de direito que já tramitam, e que estarão suspensos até a definição da tese, e aos que futuramente forem ajuizados. Sendo um instrumento criado com o intuito de resolver a problemática das demandas de massa e amenizar o congestionamento do judiciário, espera ser meio adequado às relações de massa que se instauram na sociedade atual.

3.3.2. A suspensão dos processos

Conforme prevê o artigo 982 do Código de Processo Civil, depois de admitido o incidente de resolução de demandas repetitivas, o primeiro ato do relator deve ser suspender os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso (inciso I).

Tal suspensão se dará para que se possa garantir a segurança jurídica, e também para uma racionalização do judiciário. Com os processos repetitivos, que tenham a mesma questão de direito sendo julgada em IRDR, suspensos, é possível uma maior concentração dos operadores do direito em outras questões, como já explanado anteriormente.

Com a paralisação dos processos que estarão suspensos, haverá um

⁷⁹ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro e RODRIGUES, Roberto Aragão Ribeiro, In “Reflexões sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas previsto no Projeto de Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo** 2012, REPRO 211. Pág 193.

espaço maior para a atuação das varas em prol dos outros processos que tramitarem no juízo, fazendo com que haja um desafogamento, mesmo que aos poucos, de cada uma das varas que possuírem processos suspensos em razão de julgamento de tese de IRDR.

Com a suspensão dos processos em curso, evita-se o trâmite desnecessário de processos, pois, julgado o IRDR, retoma-se o curso do processo com uma solução rápida. Caso assim não fosse, todos os atos processuais praticados durante o curso do processo seriam inúteis em razão do estabelecimento da decisão vinculante decorrente da instituição do IRDR.

3.3.3. O desestímulo à litigância

Com a fixação de teses, os cidadãos são desestimulados a demandar em questões em que sabem que há um entendimento pacificado e que não lograrão êxito.

Mendes e Rodrigues e Amaral sugerem que no IRDR a decisão produz eficácia *pro et contra* (trânsito em julgado). Ora, ao se fixar a tese jurídica em sentido de denegar o direito pleiteado em ações que versarem sobre a mesma questão de direito, essas, a rigor, estarão fadadas à improcedência, e ainda mais, os processos futuramente instaurados sobre o mesmo tema.⁸⁰

Como já apresentado, a litigiosidade de massa é uma das maiores causas do abarrotamento do judiciário. É necessária, portanto, uma mudança de cultura voltada para a redução dessa litigiosidade, devendo ser implementadas, progressivamente, com medidas legislativas, pois não se pode esperar, por óbvio, que uma mudança de comportamento do litigante (eventual ou habitual) ocorra de forma espontânea.

⁸⁰ MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro e RODRIGUES, Roberto Aragão Ribeiro, In “Reflexões sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas previsto no Projeto de Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo** 2012, REPRO 211. p. 193.

Torna-se necessário, portanto, uma disciplina vinda do legislador e da cúpula do Poder Judiciário. Não é possível, porém, violação à cláusula da inafastabilidade da jurisdição, pois o próprio processo contém mecanismos para estabelecer filtros prévios, no sentido de admitir apenas as demandas viáveis, em que estejam preenchidas adequadamente as condições da ação.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por proposta analisar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, instituto criado pelo do Novo CPC, relacionando-o às demandas de massa.

Inicialmente, o objetivo foi analisar a evolução da sociedade e do direito para a compreensão de como se chegou ao atual fenômeno das demandas de massa e através desse panorama, levantar os problemas que impedem uma melhor prestação jurisdicional e as suas principais causas.

Em um segundo momento, buscou-se analisar o próprio instituto do IRDR, estudando as suas origens, as suas formas de aplicação, a sua admissibilidade.

Em um momento final, foi apresentado o IRDR como solução para algumas dos desafios apontados no primeiro momento do trabalho, expondo-o como um provável instrumento de superação dos desafios decorrentes do aumento das demandas de massa. Objetivou-se, portanto, avaliar de que maneira o incidente pode colaborar com o aperfeiçoamento da jurisdição brasileira e quais serão suas prováveis consequências.

O estudo teve como resultado a percepção de que há disfunção no judiciário brasileiro, pois o mesmo não tem atendido de maneira satisfatória o crescente número de demandas propostas. Tem havido uma mitigação na segurança jurídica em nome do livre convencimento do magistrado, com consequente falta estabilidade na jurisprudência dos tribunais superiores e dos tribunais estaduais.

Pode-se perceber que as expectativas em torno dos resultados que serão trazidos pela aplicação do IRDR são legítimas, pois ele pode ser hábil para solucionar conflitos de massa em um estágio inicial, evitando-se a movimentação da máquina judiciária reiteradas vezes para decidir sobre a mesma questão de direito.

Ademais, o instrumento processual parece atender de maneira satisfatória, moderna, eficaz e congruente as aspirações jurídico-legislativas, tendo em vista que ele permite um aumento na celeridade da prestação jurisdicional sem abrir mão de sua qualidade, mas pelo contrário, trazendo mais segurança jurídica e efetividade à prestação jurisdicional.

Em linhas gerais, o incidente parece ser adequado às necessidades do Brasil e apto a cumprir suas expectativas, acelerando a prestação jurisdicional, melhorando sua qualidade ao mesmo tempo em que reforça a segurança jurídica. Assim, sinteticamente, podem-se formalizar as seguintes conclusões

1. Com a evolução socioeconômica, a sociedade, a economia e o direito trouxeram mudanças ao cotidiano dos litígios. O Código de Processo Civil brasileiro de 1973 não era mais hábil a solucionar de maneira satisfatória as novas demandas sociais.

2. Muitos foram os instrumentos implementados na legislação para combater problemas gerados pelas demandas de massa, como morosidade, congestionamento do judiciário e insegurança jurídica. Dentre os instrumentos apresentados, as ações coletivas de certa forma se destacam. Apesar de apresentarem avanços, tais instrumentos não foram hábeis na solução dos obstáculos à realização da justiça.

3. Nos direitos estrangeiros também houve insuficiência das ações coletivas na solução da problemática das demandas de massa. Foram criados na Inglaterra e na Alemanha, incidentes processuais que se assemelham ao IRDR e que serviram de inspiração ao legislador brasileiro para a inserção de tal incidente do Novo Código de Processo Civil.

4. O IRDR se insere bem no contexto do Novo CPC em que há um anseio por maior segurança jurídica, com a uniformização da jurisprudência, e celeridade na prestação jurisdicional.

5. Há uma necessidade do estudo do regime jurídico do IRDR, pela

sua novidade, para a compreensão de como se dá sua aplicação. Tal estudo deve se dar pela Lei e pode ser incrementado pelo Fórum Permanente de Processualistas Cíveis e doutrina, enquanto o instituto vai sendo aplicado na prática.

6. Críticas acerca do instituto surgiram, mas em sua maioria não devem lograr êxito, pois o instituto cumpre com os princípios processuais e concretizam a justiça na medida em que contribuem para uma maior efetividade da prestação jurisdicional.

7. O IRDR é um instituto que visa combater a insegurança jurídica, por meio da fixação de uma tese para as mesmas questões de direito. Aumentando-se a segurança jurídica concretiza-se a democracia e a isonomia.

8. O IRDR também visa combater a morosidade no âmbito processual, com a economia processual e provável diminuição dos recursos.

9. O IRDR trará também uma provável racionalização e otimização da atividade jurisdicional, sobretudo no enfrentamento das questões de direito. Haverá também, um desestímulo à litigância na medida em que forem fixadas teses do IRDR, os cidadãos serão desestimulados a demandar em questões em que sabem que há um entendimento pacificado e que não lograrão êxito.

10. Há um grande otimismo na aplicação do instituto estudado no presente trabalho. De fato o IRDR tem potencial de causar grandes mudanças positivas em prol da justiça brasileira e auxiliar no combate da já referida crise no sistema judiciário do Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas”. **Revista de Processo: RePro**, São Paulo, v. 36, n. 196, p. 237-275, jun. 2011.

BASTOS, Antonio Andonias. A potencialidade de gerar relevante multiplicação de processos como requisito do incidente de resolução de causas repetitivas no projeto do novo CPC. DIDIER JR., Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo (coords.). **O projeto do novo Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao Professor José Albuquerque Rocha**. Salvador: JusPodivm, 2011.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. **Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil**: Brasília. Senado Federal, Presidência, 2010. Exposição de Motivos.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 243, ano 40, p. 333-362, maio 2015.

CAVALCANTI, Lívio Coêlho. Improcedência Prima Facie. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.51760&seo=1>>. Acesso em: 22 set. 2016.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e as ações coletivas**. Salvador: Juspodivm, 2015.

ENUNCIADOS do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Disponível em: <<http://portalprocessual.com/wp-content/uploads/2015/06/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

KRYMINICE, Bruno Oliveira de Souza. Novo CPC e incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4221, 21jan.2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30086>>. Acesso em: 13 set. 2016.

LEMONS, Vinícius Silva. **A desistência no Microsistema de Formação de Precedentes**. Disponível em: <https://www.academia.edu/18876227/A_Desist%C3%A7%C3%A3o_no_Microsistema_de_Forma%C3%A7%C3%A3o_de_Precedentes>. Acesso em: 12 maio 2016.

LEVY, Daniel de Andrade, O incidente de resolução de demandas repetitivas no anteprojeto do novo código de processo civil: exame a luz group litigation order britânica, **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36 n. 196, p. 165-206, jun./2011.

MAGALHÃES, Jutahy Neto. **Incidente de resolução de demandas repetitivas: Necessidade de ajustes antes mesmo da implementação do instituto?** - São Paulo, Ixtlan, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Acesso à Justiça**: condicionantes legítimas e ilegítimas. São Paulo: RT, 2011.

MARIQUITO, Carla da Silva. Fundamentação das decisões judiciais: sua importância para o processo justo e seu “desprezo” numa sociedade que tem pressa. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11892>. Acesso em set 2016.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; RODRIGUES, Roberto Aragão Ribeiro, In Reflexões sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas previsto no Projeto de Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, REPRO 211. P. 193, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NICZ, Alvacir Alfredo. O Princípio da Igualdade e sua significação no estado democrático de direito. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8420&revista_caderno=9>. Acesso em set 2016.

NUNES, Dierle. **O IRDR do Novo CPC**: este “estranho” que merece ser compreendido, Justificando.com, São Paulo, fev 2015. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/02/18/o-irdr-novo-cpc-este-estranho-que-merece-ser-compreendido/>>.

PASSOS, Carlos Eduardo da Fonseca. O porvir de um devaneio. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 72-102, jan/mar. 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_72.pdf> Acesso em: 08 maio 2016.

RASCOVSKI, Luiz, Anotações sobre o novo Código de Processo Civil, **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 958, p. 363-386, Ago/2015.

ROESLER, Claudia Rosane. **A Reforma do Processo Civil no Brasil e a Crise do Poder Judiciário**. Disponível em::

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwil2I7K7KPPAhXJGZAKHS4EA4EQFghDMAc&url=http%3A%2F%2Fwww.univali.br%2Fensino%2Fpos-graduacao%2Fmestrado%2Fmestrado-em-gestao-de-politicas-publicas%2Fpublicacoes%2FDocuments%2Fpublicacao-a-reforma-do-processo-civil.doc&usg=AFQjCNGyTdRjegSGRsVJjAS1mt_-1ZUxqQ&sig2=VPXnvO4p_-vsXU1_MDxH5g>.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.